

EDITORIAL: I CONGRESSO INTERNACIONAL DA RESMI: CONTEXTOS E DESAFIOS DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

Editor:

RESMI – Rede do Ensino Superior para a Mediação Intercultural

Constituída por 26 entidades signatárias em parceria com o Alto Comissariado para as Migrações (ACM):

Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais - Universidade Aberta; Universidade de Aveiro; Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti; Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Beja; Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Castelo Branco; Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Lisboa; Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico do Portalegre; Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico do Porto; Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Santarém; Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Leiria; Escola Superior de Saúde – Instituto Politécnico de Santarém; Escola Superior de Saúde – Instituto Politécnico de Viseu; Escola Superior de Tecnologia e Gestão – Instituto Politécnico da Guarda; Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego – Instituto Politécnico de Viseu; Escola Superior de Tecnologia de Saúde de Lisboa – Instituto Politécnico de Lisboa; Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade de Coimbra; Instituto de Educação – Universidade de Lisboa; Instituto de Educação – Universidade do Minho; Instituto de Serviço Social – Universidade Lusófona de Lisboa; Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa; ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa; Universidade Lusófona do Porto; Universidade Portucalense Infante D. Henrique Cooperativa do Ensino Superior, CRL; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, do Instituto Politécnico do Porto; Escola Superior de Educação de Coimbra – Instituto Politécnico de Coimbra;

A Rede de Ensino Superior para a Mediação Intercultural - RESMI, constituiu-se formalmente a 21 de maio de 2015, através da assinatura de uma Carta de compromisso entre o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) e 24 entidades de Ensino Superior. Ao longo de 2015, 2016 e 2017, foram integradas mais instituições na Rede.

Como objetivos a RESMI propõe-se congregar esforços e interesses para aprofundar as questões do conhecimento e das práticas de mediação intercultural, potenciando sinergias nas áreas da formação, investigação e consultoria dos projetos implementados no terreno pelos parceiros do ACM IP.

A RESMI visa trabalhar conceptualmente as questões da Mediação Intercultural e colaborar na monitorização dos indicadores definidos para o projeto de mediação intercultural. Neste sentido, constituíram-se 4 grupos de trabalho: educação, saúde, território e monitorização.

O I CONGRESSO INTERNACIONAL DA RESMI: CONTEXTOS E DESAFIOS DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL, que decorreu nos dias 14 e 15 de outubro de 2016, na Escola Superior de Educação de Lisboa, surgiu na continuidade das atividades da RESMI, com o objetivo de refletir conjuntamente sobre conceções, contextos e práticas que se colocam a quem procura, através da interculturalidade e da mediação intercultural, contribuir para lidar com os desafios do mundo de hoje. O seu programa incluiu sessões plenárias, Workshops, convidados de reconhecido mérito na temática da mediação intercultural e comunicações orais livres.

Abordando o tema da Mediação Intercultural, as comunicações apresentadas distribuíram-se por 4 tópicos principais.

Os 41 resumos alargados publicados neste número especial da Revista da UI-IPS (Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém) correspondem às comunicações no âmbito de cada um desses tópicos, sendo estes:

- Mediação Intercultural em Educação com 13 resumos;
- Mediação Intercultural em Saúde com 5 resumos;
- Mediação Intercultural no Território com 8 resumos;
- Novos Desafios na Mediação Intercultural com 15 resumos.

Sumário

Resumos:

Mediação Intercultural em Educação

Os resumos alargados integrados neste tópico são: 1) “A formação do professor intercultural – práticas de ensino e aprendizagem no domínio da linguagem plástica” de Lúcia Magueta; 2) “Alunos, famílias, escola e comunidade: sujeitos e mediações. O GAAP como campo de possibilidade(s) para a Mediação Intercultural” de Ana Maria Vieira e Patrícia Simões; 3) “Com e sobre mulheres: um projeto de Teatro, Género e Comunidade” de Susana Gaspar e Miguel Falcão; 4) “Construção partilhada de uma identidade: porquê falar de identidade nacional?” de Sofia Ré; 5) “Cultura,

interculturalidade e serviço social: percepções dos estudantes sobre os conceitos” de Hélia Bracons;

6) “Cursar Engenharia em Portugal: os Desafios de Raparigas Cabo-verdianas em Mobilidade Estudantil” de Luciana Lima; 7) “Encontros e mediações interculturais no projeto Fronteiras Urbanas” de Ana Paula Caetano; 8) “FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO TRABALHO SOCIAL: MEDIAÇÃO SOCIAL NA OFERTA FORMATIVA DA ESELx” de Joana Campos, Maria João Hortas e Alfredo Dias; 9) “Formação para a diversidade linguística e cultural - praticas de mediação intercultural com crianças ciganas” de Filomena Martins; 10) “Papel dos Pais Moldavos na Manutenção e Aprendizagem da Língua de Herança dos seus Filhos” de Rodica Iachimovschi, Ana Sofia Pinho e Sílvia Melo-Pfeifer; 11) “O papel das crianças na mediação escola-família” de Filomena Cara d'Anjo, Isabel Freire e Ana Paula Caetano; 12) “Projeto 360º - Interculturalidade em Movimento” de Ana Margarida Silva; 13) “PROJETO - CONVERGIR PELA DIVERSIDADE EM QUELUZ” de Carla Pina e Ana Paula Caetano.

Mediação Intercultural em Saúde

Os resumos alargados integrados neste tópico são: 1) “Estratégias para a promoção de competências interculturais nos estudantes de Enfermagem com famílias Imigrantes” de Ana Spínola e Alcinda Reis; 2) “Interculturality in health: taking consciousness of itself.” de Luís Rainha e Maria Rosário Pinto; 3) “Mutilação genital feminina - Fronteiras da Mediação Intercultural” de Carla Martingo; 4) “Mutilação genital feminina – uma difícil conciliação entre cultura e direitos humanos” de Ana Raquel Afonso e Teresa Dénis; 5) “O Processo de Competência Cultural de Josepha Campinha-Bacote na compreensão do cuidar intercultural: um estudo de caso com estudantes de um curso de pós-graduação.” de Emília Coutinho.

Mediação Intercultural no Território

Os resumos alargados incluídos neste tópico são: 1) “Consolidando laços no território multicultural: Formação de Mediadores Comunitários” de Ana Costa e Silva, Marta Soares e Maria de Lurdes Carvalho; 2) “Construção de redes de parceria para a intervenção comunitária: o IPBeja e o território Beja.” de Ana Felisbela Piedade, Bárbara Esparteiro e Ana Fernandes; 3) “Corpos território e a construção identitária” de Ana Felisbela Piedade; 4) “DIVERSIDADE CULTURAL, CONVIVÊNCIA, CONFLITO E MEDIAÇÃO” de Elisabete Pinto da Costa e João de Almeida Santos; 5) “Formação de Voluntários Mentores para MIGRANTES: Ajudar quem ajuda” de Anabela Pereira, Manuela Gonçalves e Miguel Oliveira; 6) “Fronteiras da Identidade: Imigração e mediação intercultural no Alentejo.” de Patrícia Hermozilha; 7) “Mediação com os alunos dos PALOP” de Luísa Campos, Maria Paula Neves, María del Carmen Ribeiro, Maria Hermínia Barbosa e Nelson Oliveira; 8) “O

TERRITÓRIO A REDESCOBRIR COMO ESPAÇO DE VIZINHANÇAS E DE DIÁLOGO INTERCULTURAL” de Rosa Madeira e Maria Cristina Gomes.

Novos Desafios na Mediação Intercultural

Os resumos alargados incluídos neste tópico são: 1) “A bridge: About intercultural communication for a multicultural societie.” de Pierfranco Malizia; 2) “A gestão da diversidade em organizações multiculturais, mediante a mediação intercultural” de Daniel Zaidam; 3) “Agressores Conjugais, Planos de Mediação e Intervenção Intercultural” de Sandra Ribeiro e Ricardo Vieira; 4) “Assistentes Sociais imigrantes e mediação intercultural: o caso particular da Finlândia” de Ricardo Vieira e Edgar Carreira; 5) “Famílias imigrantes, crianças e jovens: desafios da mediação intercultural na (re)construção dos diálogos na e com a escola” de Maria João Hortas; 6) “Intercultural mediation with Roma students: a risky adventure?” de Kitti Baracsi e Emma Ferulano; 7) “Luto e Migração – um olhar na mediação intercultural” de Cristina Felizardo; 8) “Na pele de um viajante do mundo: uma metáfora para a Multiterritorialidade” de Sofia Ré; 9) “NARRATIVAS DIGITAIS E DIÁLOGO COM AS MARCANTES DIFERENÇAS ETÁRIAS” de Diana Vallescar Palanca e Isabel Roque; 10) “O Inventário das Preocupações Interculturais: um contributo para o estudo das necessidades de formação, educação e mediação intercultural em contexto universitário.” de Maria do Rosário Pinheiro e Maria Amélia Reis; 11) “O olhar do mediador sociocultural sobre o objeto patrimonializado” de Fernando Magalhães; 12) “Porque é que Akim corre? Mobilidades forçadas e mediação intercultural” de Margarida Morgado; 13) “Programa Municipal de Acolhimento de Refugiados na cidade de Lisboa (PMAR LX)” de Miguel Graça; 14) “Racismo da População não cigana: um desafio na Mediação Intercultural” de Sofia Dias; 15) “Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos (RRCAPVTSH)” de Sónia Araújo.

Conselho editorial

Comissão Científica:

Alcinda Reis - Escola Superior de Saúde de Santarém, Instituto Politécnico de Santarém; Ana Felisbela Piedade – Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Beja; Catarina Reis Oliveira – Observatório das Migrações; Carlos Diogo Moreira - Universidade Lusófona de Lisboa; Cristina Santinho - CRIA/ISCTE; Dália Costa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Diana de Vallescar - Universidade Portucalense; Emília Coutinho - Escola Superior de Saúde, Instituto Politécnico de Viseu; Filipe Martins - Escola Superior de Educação do Porto, Instituto Politécnico do Porto; Gillian Grace Moreira - Universidade de Aveiro; Isabel Freire - Instituto de Educação de Lisboa,

Universidade de Lisboa; Elisabete Pinto da Costa - Universidade Lusófona do Porto; Laura Tallone - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto ; Lia Pappamikail - Escola Superior de Educação de Santarém, Instituto Politécnico de Santarém; Luís Miguel Cardoso, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre; Manuel Sarmento - Universidade do Minho; Margarida Morgado - Instituto Politécnico de Castelo Branco; Maria do Rosário Pinheiro - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra; Maria João Hortas - Escola Superior de Educação de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa; Maria Paula Neves - Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico da Guarda; Miguel Prata Gomes - Escola Superior de Educação Paula Frassinetti; Ricardo Vieira – ESECS, Instituto Politécnico de Leiria /CICS. NOVA.IPL Leiria; Rosa Maria Sequeira - CEMRI/ Universidade Aberta; Sandra Antunes - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, Instituto Politécnico de Viseu; José Mapril - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - FCSH/NOVA; Teresa Dénis - Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa

Comissão Organizadora:

Ana Paula Caetano - Instituto da Educação de Lisboa; Catarina Reis Oliveira - Observatório das Migrações; Conceição Santiago - Escola Superior de Saúde de Santarém, Instituto Politécnico de Santarém; Cristina Milagre - Alto Comissariado para as Migrações; Cristina Rodrigues - Alto Comissariado para as Migrações; Diana de Vallescar - Universidade Portucalense; Hélia Bracons - Universidade Lusófona de Lisboa; Luísa Delgado - Escola Superior de Educação de Santarém, Instituto Politécnico de Santarém; Maria do Rosário Pinheiro - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra; Neila Karimo - Alto Comissariado para as Migrações; Teresa Dénis - Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa.

ÍNDICE

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR INTERCULTURAL – PRÁTICAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO DOMÍNIO DA LINGUAGEM PLÁSTICA Lúcia Grave Magueta	1
ALUNOS, FAMÍLIAS, ESCOLA E COMUNIDADE: SUJEITOS E MEDIAÇÕES Patrícia Lopes Simões & Ana Maria Vieira	3
COM E SOBRE MULHERES: UM PROJETO DE TEATRO, GÉNERO E COMUNIDADE Susana Gaspar & Miguel Falcão	5
CONSTRUÇÃO PARTILHADA DE UMA IDENTIDADE: PORQUÊ FALAR DE IDENTIDADE NACIONAL? Sofia Ré	7
CULTURA, INTERCULTURALIDADE E SERVIÇO SOCIAL: PERCEÇÕES DOS ESTUDANTES SOBRE OS CONCEITOS Hélia Bracons.....	9
CURSAR ENGENHARIA EM PORTUGAL: OS DESAFIOS DE RAPARIGAS CABO-VERDIANAS EM MOBILIDADE ESTUDANTIL Luciana Sousa Lima	11
ENCONTROS E MEDIAÇÕES INTERCULTURAIS NO PROJETO <i>FRONTEIRAS URBANAS</i> Ana Paula Caetano	13
FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO TRABALHO SOCIAL: MEDIAÇÃO SOCIAL NA OFERTA FORMATIVA DA ESELX Joana Campos; Maria João Hortas & Alfredo Dias	15
FORMAÇÃO PARA A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E CULTURAL – PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO INTERCULTURAL COM CRIANÇAS CIGANAS Filomena Martins	17
O PAPEL DAS CRIANÇAS NA MEDIAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA – HISTÓRIAS DE/NA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL Filomena Cara d'Anjo; Isabel Freire & Ana Paula Caetano.....	19
PAPEL DOS PAIS MOLDAVOS NA MANUTENÇÃO E APRENDIZAGEM DA LÍNGUA DE HERANÇA DOS SEUS FILHOS Rodica Iachimovschi; Ana Sofia Pinho & Sílvia Melo-Pfeifer	21
PROJETO 360º - INTERCULTURALIDADE EM MOVIMENTO Ana Margarida Cunha Silva	24
PROJETO “CONVERGIR PELA DIVERSIDADE EM QUELUZ” Carla Indira Pina & Ana Paula Caetano	26
ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DE COMPETÊNCIAS INTERCULTURAIS NOS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM COM FAMÍLIAS IMIGRANTES Ana Spínola & Alcinda Costa Reis.....	28
INTERCULTURALITY IN HEALTH: TAKING CONSCIOUSNESS OF ITSELF Luís Rainha; Maria Rosário Pinto & Ana Spínola	30
MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA – FRONTEIRAS DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL Carla Martingo	32
MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA – UMA DIFÍCIL CONCILIAÇÃO ENTRE CULTURA E DIREITOS HUMANOS Ana Raquel Afonso & Teresa Dénis	34
O PROCESSO DE COMPETÊNCIA CULTURAL DE JOSEPHA CAMPINHA-BACOTE NA COMPREENSÃO DO CUIDAR INTERCULTURAL: UM ESTUDO DE CASO COM ESTUDANTES DE UM CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO Emília Coutinho; Ana Cristina Carvalho & Emília Costa Rodrigues	36
CONSOLIDANDO LAÇOS NO TERRITÓRIO MULTICULTURAL: FORMAÇÃO DE MEDIADORES COMUNITÁRIOS Ana Maria Costa e Silva; Marta Soares & Maria de Lurdes Carvalho.....	39
CONSTRUÇÃO DE REDES DE PARCERIA PARA A INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA: O IPBEJA E O TERRITÓRIO BEJA Ana Felisbela Piedade; Bárbara Esparteiro & Ana Fernandes.....	41

CORPOS-TERRITÓRIO E A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA	
Ana Felisbela Piedade	43
DIVERSIDADE CULTURAL, CONVIVÊNCIA, CONFLITO E MEDIAÇÃO	
Elisabete Pinto da Costa & João de Almeida Santos	45
FORMAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS MENTORES PARA MIGRANTES: AJUDAR QUEM AJUDA	
Anabela Pereira; Manuela Gonçalves & Miguel Oliveira	47
FRONTEIRAS DA IDENTIDADE: IMIGRAÇÃO E MEDIAÇÃO INTERCULTURAL NO ALENTEJO	
Patrícia Hermozilha	49
O ESTABELECIMENTO DE ESTRATÉGIAS NO PROCESSO DE MEDIAÇÃO INTERCULTURAL NO IP DA GUARDA	
Luísa Q. Campos; Maria Paula Neves; María del Carmen Ribeiro; Maria Hermínia Barbosa & Nelson Oliveira	51
O TERRITÓRIO A REDESCOBRIR COMO ESPAÇO DE VIZINHANÇAS E DE DIÁLOGO INTERCULTURAL	
Rosa Madeira & Maria Cristina Gomes	53
A BRIDGE. ABOUT INTERCULTURAL COMMUNICATION FOR A MULTICULTURAL SOCIETIE	
Pierfranco Malizia	54
A GESTÃO DA DIVERSIDADE EM ORGANIZAÇÕES MULTICULTURAIS, MEDIANTE A MEDIAÇÃO INTERCULTURAL	
Daniel Zaidam	56
AGRESSORES CONJUGAIS, PLANOS DE MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO INTERCULTURAL	
Sandra Ribeiro & Ricardo Vieira	58
ASSISTENTES SOCIAIS IMIGRANTES E MEDIAÇÃO INTERCULTURAL: O CASO PARTICULAR DA FINLÂNDIA	
Ricardo Vieira & Edgar Carreira	60
FAMÍLIAS IMIGRANTES, CRIANÇAS E JOVENS: DESAFIOS DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL NA (RE)CONSTRUÇÃO DOS DIÁLOGOS NA E COM A ESCOLA	
Maria João Hortas	62
INTERCULTURAL MEDIATION WITH ROMA STUDENTS: A RISKY ADVENTURE?	
Kitti Baracsi & Emma Ferulano	64
LUTO E MIGRAÇÃO – UM OLHAR NA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL	
Cristina Felizardo	65
NA PELE DE UM VIAJANTE DO MUNDO: UMA METÁFORA PARA A MULTITERRITORIALIDADE	
Sofia Ré	67
NARRATIVAS DIGITAIS E DIÁLOGO COM AS MARCANTES DIFERENÇAS ETÁRIAS	
Diana de Vallescar & Isabel Roque	69
O INVENTÁRIO DAS PREOCUPAÇÕES INTERCULTURAIS: UM CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DAS NECESSIDADES DE FORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E MEDIAÇÃO INTERCULTURAL EM CONTEXTO UNIVERSITÁRIO	
Maria do Rosário Moura Pinheiro & Maria Amélia de Sousa Reis	71
O OLHAR DO MEDIADOR SOCIOCULTURAL SOBRE O OBJETO PATRIMONIALIZADO	
Fernando Magalhães	73
PORQUE É QUE AKIM CORRE? MOBILIDADES FORÇADAS E MEDIAÇÃO INTERCULTURAL	
Margarida Passos Morgado	75
PROGRAMA MUNICIPAL DE ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS NA CIDADE DE LISBOA (PMAR LX)	
Miguel Silva Graça	77
RACISMO DA POPULAÇÃO NÃO CIGANA: UM DESAFIO NA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL	
Sofia Alexandra Dias	79
REDE REGIONAL DO CENTRO DE APOIO E PROTEÇÃO A VÍTIMAS DE TRÁFICO DE SERES HUMANOS (RRCAPVTSH)	
Sónia Pereira Araújo	81

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR INTERCULTURAL – PRÁTICAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO DOMÍNIO DA LINGUAGEM PLÁSTICA

Lúcia Grave Magueta¹

¹ Instituto Politécnico Leiria

RESUMO

A comunicação e artigo pretendem apresentar experiências educativas desenvolvidas no curso de licenciatura em Educação Básica da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria. Sendo este curso a base da formação inicial de educadores e professores para os primeiros anos da criança (0-12 anos), torna-se imprescindível uma abordagem a práticas de ensino que considerem a diversidade cultural.

As experiências formativas que se apresentam incidem sobre a relação entre a educação intercultural e as abordagens em educação visual e expressão plástica e foram desenvolvidas no contexto de uma unidade curricular do 3º ano do curso – a Didática das Expressões.

A sequência didática teve início com um *brainstorming* em torno da seguinte questão: «Como é que as experiências com a linguagem plástica podem promover a valorização e o respeito por outros povos e culturas?». As dificuldades que alguns estudantes – futuros educadores e professores – manifestaram em encontrar respostas e a divergência de ideias que surgiu em torno do problema colocado, configurou uma proposta educativa. Assim, em grupos de trabalho, foi proposta a planificação de experiências de aprendizagem que colocassem em diálogo a cultura dominante – que expressa os valores partilhados pela maioria dos membros de uma comunidade – e uma cultura minoritária – a cultura de uma minoria de membros de um grupo – e que pudessem ser implementadas num contexto educativo.

No decurso do trabalho registaram-se dados por forma a documentar a evolução das propostas e os progressos dos alunos ao estruturarem o seu pensamento sobre as competências de um professor intercultural – um profissional com preparação técnica e pedagógica capaz de concretizar a mediação intercultural.

Neste processo, foram observadas e discutidas imagens representativas de produções plásticas de artistas e artesãos de diferentes culturas, incluindo algumas culturas urbanas juvenis. Construiu-se também um referencial teórico em torno dos significados de «educação intercultural» e das atitudes do «professor intercultural». Para além dos contributos de diversos autores sobre estes temas, foi

analisado o Decreto-Lei nº 241/2001, de 30 de agosto, relativo ao «perfil específico de desempenho profissional do educador de infância e do professor do 1º Ciclo do Ensino Básico».

Os trabalhos que resultaram da proposta educativa enunciada referiram-se a diferentes experiências com a linguagem plástica que incluíam referências à expressão artística de diferentes culturas – marroquina, cabo-verdiana, moçambicana, angolana, brasileira, ucraniana, uzbeque, entre outras. A última tarefa desta sequência incluiu um novo *brainstorming* em torno da questão inicialmente colocada, à qual já todos os estudantes souberam dar respostas, refletindo e reconhecendo o modo como alargaram conhecimentos sobre os temas em análise.

Em conclusão, este processo permitiu aos futuros educadores /professores:

- (1) desenvolver pesquisas sobre obras e artistas de diferentes culturas; sobre processos de criação plástica; e sobre técnicas e materiais específicos de diferentes realidades culturais;
- (2) elaborar planificações relativas a experiências de aprendizagem com a linguagem plástica e pesquisar sobre possíveis recursos didáticos a utilizar nessas experiências, nomeadamente imagens representativas de artefactos visuais característicos de diferentes culturas;
- (3) ampliar conhecimentos didáticos sobre expressão plástica e sobre meios de criação artística de diferentes povos e culturas;
- (4) perspetivar, na ótica do educador e professor, experiências de aprendizagem com a linguagem plástica que fomentem o interesse e o respeito por outros povos e culturas;
- (5) reconhecer a diversidade cultural como uma mais-valia para o processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-Chave: educação intercultural; formação inicial de professores; professor intercultural.

ALUNOS, FAMÍLIAS, ESCOLA E COMUNIDADE: SUJEITOS E MEDIAÇÕES

O GAAF COMO CAMPO DE POSSIBILIDADE(S) PARA A MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

Patrícia Lopes Simões¹ & Ana Maria Vieira²

¹Escola Superior de Educação e Ciências Sociais - IPL e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais CICS.NOVA.IPLEIRIA

²Escola Superior de Educação e Ciências Sociais - I.P.L

RESUMO

A Escola é hoje o espaço social por excelência. Nele coabitam sujeitos que trazem consigo todos os seus contextos, tornando-o um universo privilegiado do social. Precisamente, essa diversidade de identidades e essa multiplicidade de contextos encontram-se e desencontram-se permanentemente nesse lugar partilhado. Daí que a Escola se afigure como uma oficina privilegiada de (re)construção de identidades (Vieira, R., 2009), como um ateliê social, um palco coletivo, que tem a diversidade como cenário, espelho da sociedade em que está inserida, reconhecendo-se, portanto, como o seu microcosmos (Vieira, A., 2013).

Com a transformação da Escola num espaço universal e obrigatório para todos, surgem, inevitavelmente, metamorfoses de âmbito social, que lhe exigem novos papéis e, por conseguinte, a necessidade de novos atores, que a coadjuvem nesse desafio maior, designadamente, a gestão, a mediação de toda(s) a(s) diversidade(s) que desenha(m) a complexidade da Escola contemporânea. A criação de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) vem ao encontro dessa missão e contextualiza a emergência de novos atores, em particular, o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) (Silva, P. *et al*, 2010; Vieira, A., 2013). Afigurando-se a mediação intercultural como caminho para entender, catalisar, empoderar e transformar essa diversidade (Vieira, A. & Vieira, R., 2016), importa conhecer em que medida o GAAF pode constituir-se como campo de possibilidade(s) para a mediação intercultural entre alunos, famílias, escola e comunidade.

Assumindo a complexidade do nosso objeto de estudo, privilegiámos o paradigma hermenêutico, compreensivo, de descoberta, defendendo a sua complementaridade (Boavida e Amado, 2006), daí que a metodologia a adotar fosse compósita, politeísta (Bourdieu, 1992, *in* Vieira, 1999: 39). Elegemos, por isso, como método, o estudo de caso etnográfico (Stenhouse, 1994, *in* Amado, 2014), que nos permitiria estudar um fenómeno no seu contexto e refletir sobre as representações dos

sujeitos nele envolvidos. Como universo de análise da nossa investigação, escolhemos um Agrupamento de Escolas do distrito de Leiria, que, enquanto Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP), incorpora um Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) desde o ano letivo 2012/ 2013, universo esse que estudámos ao longo de um ano de permanência no terreno. No que diz respeito às técnicas de recolha da informação (Bell, 2010; Amado, 2014), adotámos três, designadamente, a análise documental, a observação participante e a entrevista semiestruturada. Assim, entrevistámos três alunos, três encarregados de educação, dois técnicos do GAAF, o diretor do Agrupamento, três professores e três parceiros da comunidade, perfazendo um total de 15 entrevistas.

A estada no terreno, através da observação participante e da realização das entrevistas, foi reveladora, permitindo-nos concluir que, não obstante a demora na visibilidade de resultados imediatos, intrínseca a qualquer projeto social, o GAAF pode, efetivamente, constituir-se como um campo de possibilidade(s) para a mediação intercultural, na medida em que adota práticas catalisadoras, transformadoras e empoderadoras da(s) diversidade(s) que habita(m) a Escola contemporânea, onde se incluem não apenas os seus alunos, como também as respetivas famílias e ainda a própria comunidade.

Palavras-Chave: distâncias socioculturais, diversidade, GAAF, mediação intercultural.

COM E SOBRE MULHERES: UM PROJETO DE TEATRO, GÉNERO E COMUNIDADE

Susana Gaspar¹ & Miguel Falcão¹

¹Escola Superior de Educação de Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras – Centro de Estudos de Teatro

RESUMO

O projeto *Ser Mulher, Aqui: Teatro, Género e Comunidade*, concluído em 2014 no âmbito do Mestrado em Educação Artística – especialização em Teatro na Educação, da Escola Superior de Educação de Lisboa, constituiu-se como uma oportunidade de cruzamento de áreas de estudo num projeto de investigação-ação, motivado originalmente pelas abordagens realizadas no contexto de unidades curriculares daquele curso, como “Educação Artística em Contextos Extraescolares” ou “Artes e Inclusão”, que atribuíram um especial enfoque às relações entre Teatro e Comunidade.

O projeto, que contou com a colaboração da organização local Clube das Mulheres, foi realizado com um grupo de seis mulheres, com idades entre os 15 e os 40 anos, moradoras na Tapada das Mercês, um dos bairros com maior diversidade cultural do concelho de Sintra. Aplicado a um território de pequena escala, como esta urbanização, aliaram-se duas necessidades às potencialidades da educação artística, e do teatro na educação em particular, como forma de contribuir para uma maior participação das mulheres, numa comunidade que carecia dessa afirmação feminina, devido aos diferentes obstáculos que encontram até chegarem a posições de liderança e/ou de tomadas de decisão.

Este estudo partiu da seguinte pergunta: de que forma pode o teatro contribuir para uma valorização pessoal de cada mulher e para uma reflexão sobre um sentido de pertença a uma comunidade? O conceito de comunidade, reequacionado a partir da realidade daquele bairro, acabou, *per si*, por conduzir o projeto a outras reflexões e mais caminhos: a interculturalidade e os processos de mediação, o relacionamento com as ruas, a comunicação entre as pessoas no ir-e-vir do/para o “dormitório”.

Em relação direta com a pergunta de partida, foram definidos três objetivos gerais, relacionados com (1) a criatividade e a aquisição de instrumentos operacionais do teatro como linguagem; (2) o aprofundamento do autoconhecimento a partir de histórias de vida individuais e da comunidade, e (3) a promoção de práticas de afirmação das mulheres em contextos de proximidade, através da atividade artística, visando, prioritariamente, a valorização da mulher na sociedade.

A prática artística, e o teatro em particular, surge como estratégia de implementação destes temas no terreno e enquanto pesquisa ativa. Com o objetivo de estabelecer a ligação entre o teatro, a comunidade e as questões de género, integraram-se práticas pluridisciplinares no processo criativo (da composição plástica ao movimento, da escrita à improvisação teatral), tendo sido realizada uma apresentação pública final, com forte impacto nos/as espetadores/as presentes, que compartilhavam do mesmo contexto comunitário. O guião deste espetáculo assentou em textos autobiográficos, factos do dia-a-dia e histórias da comunidade, escritos numa perspetiva de valorização pessoal e coletiva, no decurso das sessões.

Nesta comunicação, são apresentadas as principais linhas da intervenção, teoricamente enquadradas à luz de referências relevantes (Bidegain, 2007; Bottoms & Goulish, 2007; Pacheco & Araújo, 2009; Wall & Amâncio, 2007; entre outras), bem como os resultados mais significativos, que legitimaram, entre outras, a conclusão de que o teatro deve ser redescoberto como uma opção metodológica produtiva no tratamento sócio-performativo dos conceitos de comunidade e género e, ainda, articulada com ambos, como uma ferramenta de mediação entre as pessoas e os lugares.

Palavras-Chave: Educação Artística, Teatro, Mediação intercultural, Género, Comunidade

CONSTRUÇÃO PARTILHADA DE UMA IDENTIDADE: PORQUÊ FALAR DE IDENTIDADE NACIONAL?

Sofia Ré¹

RESUMO

Este artigo pretende apresentar o nosso projeto de doutoramento em Educação Artística que se debruça sobre a temática da construção da identidade nacional, utilizando a iconografia do portuguesismo como recurso, tanto pedagógico quanto terapêutico.

A propaganda do Estado Novo apropriou-se de uma série de ícones e símbolos, muitos deles convertidos em verdadeiros estandartes do espírito da ditadura. Foi criada uma identidade para os portugueses, muitas vezes romantizada, a que a nação devia aderir, numa espécie de construção que não se revela, mas que se impõe. No pós-25 de Abril, a identidade nacional continuou a ser vista como um símbolo de um passado que se queria apagar e no processo de esquecimento de um período negro da história nacional, a nação esqueceu-se de si, recalçando a sua identidade para não fazer ressurgir fantasmas do passado.

Porquê então falar então de identidade nacional nos dias de hoje? Num mundo globalizado, onde as diferenças tendem cada vez mais a esbater-se, a abordagem da construção da identidade nacional parece, à partida, desajustada. De facto, assim seria se a considerássemos como um conceito pré-determinado e estável ao longo dos tempos. Numa sala de aula, cada vez mais multicultural, fruto das várias correntes de imigração (com origem em países africanos, do leste europeu, China ou Brasil), já só faz sentido falar de uma construção partilhada de identidade, em vez da construção de uma identidade partilhada. A identidade nacional carece de constante atualização face às mudanças sociais e culturais com que se depara. É neste espírito que nos debruçamos sobre o conceito de construção, que convida o indivíduo a ser pró-ativo, naquilo que Thiesse designa por “sistema *IKEA* de construção de identidades nacionais” (1999: 14, trad. nossa), numa lógica de “faça você mesmo”.

Processos como a adesão à União Europeia, o *Brexit*, ou até a crise financeira (que veio definir fronteiras entre os países rigorosos e cumpridores e os irresponsáveis e descontraídos), tendem a avivar as diferenças entre os países. Por outro lado, a presente crise de migrantes e a solidariedade que deve prevalecer para com o Outro, leva-nos a crer que a questão da identidade nacional deve ser explorada na educação, não só como forma de acolher a diferença na sala de aula, mas também de criar plataformas de expressão dessa diversidade cultural, de modo a consciencializá-la mais

como fonte de mútuo enriquecimento do que como uma contaminação. Uma construção que se quer dialógica, ao invés de uma simultaneidade de monólogos culturais estanques.

Neste sentido, a pertinência de trabalhar a iconografia da identidade nacional em sala de aula, numa reinterpretação individualizada e geracional (Smith, 2006: 212-213), impõe-se, não se a entendermos como um conceito rígido, mas como uma construção que se adapta às circunstâncias e evolui, aliás como qualquer ser vivo.

Palavras-Chave: identidade nacional, portuguesismo, cultura visual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Smith, A. D. (2006). Nacionalismo: Teoria, Ideologia, História. Lisboa: Teorema.

Thiesse, A. (1999). La création des identités nationales: Europe XVIII^e-XX^e siècle. Paris: Éditions du Seuil.

CULTURA, INTERCULTURALIDADE E SERVIÇO SOCIAL: PERCEÇÕES DOS ESTUDANTES SOBRE OS CONCEITOS

Hélia Bracons¹

¹Instituto de Serviço Social. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

RESUMO

O reconhecimento da diversidade e suas especificidades é essencial, no sentido em que permite um contacto, uma interação que leva à compreensão e, conseqüentemente ao diálogo e a um trabalho mais eficaz.

Com uma sociedade cada vez mais globalizada e diversificada em diversos domínios, torna-se essencial conhecer e problematizar os conceitos, identificar os elementos chave da diversidade cultural e compreender a diferença, e isto é imprescindível para a criação de uma relação de confiança a estabelecer com o *Outro*.

E é essencial este contato, pois permite desmistificar preconceitos existentes, causa do desconhecimento que temos relativamente ao que é diferente. O que não conhecemos torna-se estranho e tornando-se estranho, naturalmente nos distanciamos.

O principal objetivo deste trabalho visa dar a conhecer as perceções dos estudantes acerca dos conceitos: cultura, diversidade cultural, interculturalidade e competências culturais no Serviço Social.

Procuramos investigar as conceções dos estudantes de 1ºano da licenciatura em Serviço Social, numa Universidade privada, em Lisboa. Estes estudantes foram sujeitos a um guião de entrevista sobre os conceitos de cultura, diversidade cultural, interculturalidade e principais competências a adquirir por um assistente social no trabalho com pessoas culturalmente diferentes. O universo do estudo recaiu sobre 38 estudantes que constituíram as duas turmas do respetivo curso.

As conclusões permitem verificar que os estudantes têm presente os conceitos e demonstram que as noções de cultura, diversidade cultural, interculturalidade e competência cultural são essenciais para a compreensão do mundo globalizado e diversificado, referindo que a interculturalidade implica uma postura de abertura e disponibilidade para com o *Outro* e que a interculturalidade permite conhecer, aproximar e acolher pessoas com características culturais diferentes e, perceber que a diferença é boa e benéfica para todos.

As principais competências apontadas pelos estudantes, necessárias para o exercício da profissão são: a paciência, a aceitação, promover as diferenças, a abertura, o respeito, a compreensão, a confiança, o cativar, o ajudar, a disponibilidade, a empatia, o não julgar, estar isento de preconceitos, a integração de todas as pessoas culturalmente diferentes, na sociedade atual, em particular os mais vulneráveis, aceitar os valores e abrir oportunidades para que se sintam tratados com igualdade e respeito, tendo presente os direitos fundamentais do Ser Humano.

Palavras-Chave: cultura, interculturalidade, competências culturais, serviço social

CURSAR ENGENHARIA EM PORTUGAL: OS DESAFIOS DE RAPARIGAS CABO-VERDIANAS EM MOBILIDADE ESTUDANTIL

Luciana Sousa Lima

RESUMO

Ao longo da última década a maioria dos estudantes estrangeiros inscritos no ensino superior português foi nacional dos países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Dados da Direção Geral de Estatística de Educação e Ciência (DGEEC- Portugal) revelam que o número de cabo-verdianos inscritos corresponde a 2.459 no ano letivo 2014/2015, sendo uma das nacionalidades mais representativas no 1º e 2º ciclos nas instituições portuguesas de ensino superior. Por sua vez, segundo a DGEEC a presença de raparigas em busca de formação superior vem aumentando, tendo superado o número de rapazes no ano letivo 2008/2009. Relativamente à delimitação do curso, as áreas de educação superior e formação que reúnem mais alunos de nacionalidade estrangeira são fundamentalmente duas: Ciências Sociais, Comércio e Direito; Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção. No que se refere às raparigas que cursam engenharias, estudos revelam que o número de inscritas nesses cursos é bem inferior se comparado ao de rapazes. Objetivamos analisar os possíveis processos e agentes de mediação intercultural apresentado a partir dos seus relatos sobre suas experiências de mobilidade estudantil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, cujo instrumento de recolha de dados foi entrevista semiestruturada. A investigação tem como matriz teórica o construcionismo social e a interseccionalidade, a qual evidencia a natureza multidimensional e relacional dos contextos sociais e das experiências vivenciadas no interior de um sistema em que há diversas formas de discriminação e de opressão. Logo, se são mulheres, africanas e negras em um universo no qual há mais homens, europeus e brancos acabam sendo um perfil diferenciado. Como método de análise de dados utilizamos a análise temática que permite a identificação e descrição detalhada de temas/padrões a partir de um processo rigoroso de familiarização dos dados. No grupo investigado os fatores que levaram a escolha de engenharia são diversificados, a saber: se destacavam na matemática, cálculo, química e/ou física; maior facilidade em conseguir emprego; a presença de engenheiros na família; a valorização social do profissional engenheiro e por ser um curso aparentemente mais prático. A mobilidade estudantil internacional estava nos planos da maioria das raparigas entrevistadas. Muitas relataram enfrentar dificuldades na integração acadêmica,

sobretudo por ser um formato de ensino mais exigente. Algumas relataram também sentir dificuldades em se relacionar com os portugueses. De maneira geral, a permanência dessas raparigas é marcada pela frustração de não serem alunas com boas médias, pela adaptação a um sistema de ensino muito mais exigente, pela saudade da família e do modo de vida do país de origem. Além disso, há pouco envolvimento dessas estudantes em atividades acadêmicas e científico-culturais.

Palavras- Chave: mobilidade estudantil; engenharias; raparigas; ensino superior.

ENCONTROS E MEDIAÇÕES INTERCULTURAIS NO PROJETO FRONTEIRAS URBANAS

Ana Paula Caetano¹

¹Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

RESUMO

Proponho-me falar de encontros, ocorridos no contexto do projeto de investigação etnográfica em educação comunitária, que designámos de Fronteiras Urbanas, envolvendo duas comunidades locais da Costa da Caparica e uma comunidade académica. Este foi um projeto que se aprofundou de formas inesperadas e se mantém ainda como movimento, expandindo-se para além das fronteiras nacionais em que durante alguns anos se circunscreveu (2010-2013). Alguns dos participantes da comunidade académica já haviam trabalhado anteriormente com as duas comunidades locais, no âmbito de um outro projeto de educação comunitária [Projeto (A)mar a Costa, integrado no Programa Escolhas: uma comunidade piscatória, cuja história remonta ao princípio do século XX e à confluência de fluxos migratórios oriundos de duas regiões do país, e uma comunidade inserida num bairro clandestino, e para a qual têm vindo a confluir grupos de imigrantes, maioritariamente vindos dos PALOP (Países africanos de língua oficial portuguesa).

Neste projeto atuou-se em torno de três valências principais – alfabetização crítica, cartografia múltipla e histórias de vida, tendo ainda emergido uma quarta, transversal, de mediação comunitária. A mediação comunitária é entendida como um conjunto de processos que favorecem e intensificam as relações que ocorrem no interior de uma determinada comunidade e entre comunidades, que incluem, entre outras, a mediação intercultural, e que concorrem para a promoção de dinâmicas de participação e uma rede de solidariedades (Freire & Caetano, 2014). Entende-se que as comunidades que vivem em situação de exclusão e de pobreza podem organizar-se e assumir-se como protagonistas na construção de soluções para os seus problemas (Gimenez, 2010).

Para esta comunicação recorro alguns episódios, inscritos em breves narrativas, poemas e textos de reflexão. Pretendeu-se assim transpor fronteiras - entre tempos e espaços da experiência e da sua análise; entre as linguagens do quotidiano popular, da metáfora poética, da teorização científica. A poesia, ao despertar a sensibilidade aos outros e ao mundo, surge como um instrumento de inclusão e de identidade, mas também de insatisfação e conscientização política.

Iremos falar de encontros que emergiram ao longo do projeto, aprofundando processos de empoderamento e emancipação, assentes numa ética da responsabilidade, do cuidado e da religião.

A mediação surge como movimento significativo, uma rede complexa de pessoas e de processos para facilitar a passagem entre as margens, o diluir das fronteiras, a existência mais pacífica dentro delas. De acordo com esta perspectiva da mediação, procura-se promover “uma cultura que deve ser partilhada e uma ação pedagógica que supõe a transformação do quadro relacional, implicando todos enquanto mediadores e educadores” (Márquez-Garcia, 2011, p.311).

Convocaremos conceitos de inter e transculturalidade para compreendermos a diversidade e entrelaçamento dessas experiências.

Palavras-Chave: mediação intercultural, encontros, ética da religião, empoderamento, transculturalidade

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Freire, I. & Caetano, A. P. (2014). Mediação em contexto comunitário: etnografia crítica de um caso. *La Trama* Revista interdisciplinaria de mediación y resolution de conflictos, 41, 1-12.

Giménez, C. R. (2010). Interculturalidade e Mediação. Lisboa: ACIDI.

Márquez-Garcia, M. J. (2011). Mediadoras interculturales en centros educativos. Un ponto de vista narrativo. Tese de doutoramento. Almeria: Universidade de Almeria.

FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO TRABALHO SOCIAL: MEDIÇÃO SOCIAL NA OFERTA FORMATIVA DA ESELX

Joana Campos¹; Maria João Hortas² & Alfredo Dias³

¹ESELx- IPL

²CIES-UL e ESELx-IPL

³CEG,IGOT-UL

RESUMO

A mediação social inscreve-se centralmente no referencial teórico-metodológico fundamental dos profissionais do Trabalho Social. Atualmente, os processos sociais, culturais e territoriais colocam desafios que implicam uma intervenção social que reconheça e mobilize a mediação social. A assunção da responsabilidade na formação destes profissionais, no quadro da intervenção social na complexidade das sociedades contemporâneas, constitui o pano de fundo da presente comunicação. É responsabilidade das instituições de formação contribuir para a afirmação e desenvolvimento desse referencial, seja no plano da formação orientada para o desenvolvimento da investigação em torno da mediação social, seja no plano da intervenção, tanto na etapa de iniciação profissional, como em etapas ulteriores de formação mais avançada. Nesse sentido, pretende-se com a presente comunicação contribuir para o aprofundamento do conhecimento e participação na discussão em torno da formação desses profissionais, em concreto a formação em Animação Sociocultural e Educação Social, no que à mediação social diz particular respeito.

Numa etapa de trabalho anterior (Hortas, Campos & Dias, 2015), considerou-se analiticamente a licenciatura em Animação Sociocultural da Escola Superior de Educação de Lisboa (ESELx-IPL), em particular as Unidades Curriculares (UC) do Plano de Estudos que se dedicam centralmente à mediação. Metodologicamente, a pesquisa desenvolveu-se em dois planos: um relativo à oferta formativa, procedendo-se à análise das Fichas de Unidade Curricular (FUC) das UC do curso que se ocupam da mediação, procurando identificar o referencial teórico-metodológico proposto, assim como as modalidades de ensino e avaliação; num segundo plano, consideraram-se as concepções dos estudantes que frequentaram uma das UC de mediação do curso (Mediação Multicultural em Contextos Educativos). Tecnicamente, procedeu-se à análise dos resultados de dois questionários, um primeiro aplicado no início da UC, para levantamento das concepções dos alunos sobre mediação, e um segundo aplicado na fase final, sobre as concepções de mediação, referências e experiências formativas neste âmbito.

Partindo da reflexão em torno desses resultados, propõe-se para a presente comunicação dar continuidade ao processo analítico em torno da oferta formativa da ESELx dirigida aos profissionais do Trabalho Social, mais concretamente no que ao 2º ciclo de formação diz respeito. Metodologicamente o enfoque orienta-se para a operacionalização da oferta formativa desenvolvida no âmbito do mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária, na presente edição do mesmo (2015-17). Analiticamente pretende-se desenvolver a pesquisa em torno: (i) da oferta formativa, considerando as FUC das UC do 1º ano do curso, situando-as curricular e cientificamente no respetivo Plano de Estudos, tanto as que se ocupam do aprofundamento teórico e contextual da mediação social, como as mais dirigidas aos procedimentos técnico-metodológicos da intervenção no mesmo âmbito; (ii) da operacionalização da oferta formativa, pela análise das escolhas e intencionalidades dos formandos, lidas nos pré-projetos apresentados, no final do 1º ano do curso, relativos aos trabalhos finais, tanto de investigação, como de intervenção. Pretende-se, com este avanço, melhorar a oferta formativa da ESELx, garantindo uma transversalidade que abrange o 1º ciclo (Licenciatura em Animação Sociocultural) e o 2º ciclo (Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária) de formação, e promovendo um diálogo entre profissionais com percursos académicos diversos.

Palavras-Chave: Mediação Social; Animação Sociocultural; Educação Social; Ensino Superior

FORMAÇÃO PARA A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E CULTURAL – PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO INTERCULTURAL COM CRIANÇAS CIGANAS

Filomena Martins¹

¹Instituto Politécnico de Santarém-Escola Superior de Saúde

RESUMO

Em contextos escolares de diversidade (linguística, cultural, étnica, religiosa...) os educadores/professores exercem o papel de primeiros mediadores interculturais informais entre a cultura da escola e as práticas linguístico-culturais dos grupos minoritários que a frequentam. Assim, importa formar os professores dos primeiros anos de escolaridade para que sejam capazes de (re)conhecer a pluridiversidade nos seus contextos de atuação pedagógica e de intervir no sentido de educar para a importância do diverso, sensibilizando as crianças para diferentes línguas e culturas (autóctones e alóctones). Visa-se, nesta comunicação, num primeiro momento, dar a conhecer práticas de formação e educação no âmbito da área de Seminário de Investigação Educacional “Diversidade linguística e cultural e desenvolvimento da comunicação e expressão” do Mestrado em Educação Pré-escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico da Universidade de Aveiro. Este seminário (dois semestres) pretende constituir-se como um espaço de construção de conhecimento sobre a inserção curricular da diversidade linguística e cultural nos primeiros anos de escolaridade, nomeadamente através da conceção, desenvolvimento e análise de experiências e projetos de exploração da diversidade linguística e cultural em contexto de estágio pedagógico.

Assim, dá-se conta de algumas práticas de formação e de educação pela apresentação de um projeto, concebido e desenvolvido por duas educadoras-estagiárias, que realizaram a sua iniciação à prática profissional num Centro Escolar com uma elevada taxa de crianças ciganas. Trata-se de um projeto que visa compreender como se pode sensibilizar para a diversidade cultural no pré-escolar, partindo das línguas e culturas das crianças, contribuindo para a sua valorização e promovendo a inclusão da comunidade cigana através da participação democrática.

O projeto de intervenção educativa, intitulado “Eu, tu e o Chico”, partiu da adaptação da obra “A História do Ciganinho Chico” de Bruno Gonçalves e foi posto em prática junto de um grupo de crianças ciganas e não ciganas, tendo como objetivos, entre outros, desenvolver atitudes de aceitação, valorização e respeito pelo Outro, e alargar a sua autoestima através da valorização da sua cultura e língua, compartilhando saberes.

As atividades desenvolvidas pelas educadoras-estagiárias abrangeram as diversas áreas de conteúdo da educação pré-escolar, com principal enfoque para a área da expressão e comunicação e desenvolvimento da linguagem oral e escrita, mas também com atividades das áreas do conhecimento do mundo e das expressões (físico-motora, plástica e dramática) e formação pessoal e social. No final do projeto foi realizada uma feira-exposição de todos os trabalhos realizados pelas crianças e aberta à participação e ao convívio das famílias.

Este projeto apoiou-se numa metodologia qualitativa com características de investigação-ação. Para a recolha de dados foram utilizados diferentes instrumentos e técnicas como a observação participante, a fotografia, a videogravação (com transcrição das interações) e as notas de campo.

A análise dos dados recolhidos permite concluir, por exemplo, que através de várias atividades com o caló e o português, nomeadamente atividades de comparação entre as duas línguas, proporcionaram-se às crianças oportunidades de re(conhecimento) do caló e a valorização da identidade de todas as crianças, assim como o desenvolvimento de atitudes positivas e de abertura face à diferença linguística e cultural.

Palavras-Chave: Diversidade linguística e cultural, educação intercultural, ciganos, caló.

O PAPEL DAS CRIANÇAS NA MEDIAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA – HISTÓRIAS DE/NA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

Filomena Cara d'Anjo¹; Isabel Freire¹ & Ana Paula Caetano¹

¹Inst. Educação da Universidade de Lisboa

RESUMO

Nesta comunicação apresenta-se parte de um estudo desenvolvido com crianças de uma turma do 1º ano de escolaridade e suas famílias, numa escola da cidade de Lisboa, implantada num espaço urbano com relevante diversidade social, cultural e linguística.

O estudo insere-se no Projeto CONverCIDADE, que acolhe e reconhece os princípios da valorização das dinâmicas interculturais e das crianças e famílias como atores sociais. Reconhece-se ainda o papel central da criança nos processos de mediação entre culturas presentes nas suas famílias e comunidades. As crianças, no vaivém entre escola e família, desde sempre desempenharam um papel, mais ou menos ativo, na comunicação e no estabelecimento de laços entre estes dois contextos (e.g. Sarmiento & Marques, 2006). Neste estudo pretende-se evidenciar a dimensão (inter)cultural desse papel, em contextos de diversidade cultural significativa. Considera-se que as crianças, com seus educadores, podem desenvolver pequenos projetos promotores de novas relações interpessoais e interinstitucionais, criadores de novas ideias, de novas parcerias e de processos de participação que favorecem a desocultação das semelhanças e das complementaridades entre pessoas de culturas diversas. Estes processos de encontro são facilitadores do reconhecimento mútuo e de mudanças nas representações sociais e no viver coletivo que, aproximando os cidadãos, promovem a coesão e o bem-estar social. A participação ativa das crianças de tenra idade nos mesmos é o garante da sua formação cidadã.

Sublinha-se o papel do professor como facilitador, trabalhando diretamente com os alunos, favorecendo a colaboração com as famílias e criando oportunidades para que estas participem. A assunção de novos papéis e estatutos pelo professor, é condição essencial para uma constante interpelação da visão monocultural da escola e das fortes hierarquias de poder geralmente dominantes nas relações entre as escolas (os professores) e as famílias (Silva, 2003).

Neste caso, o processo educativo (per)seguiu estas etapas e objetivos: narrativas, pelos pais ou avós, de episódios das suas vidas; partilha dessas memórias com as outras crianças e famílias; recriação das narrativas, na sala de aula, através das expressões dramática e plástica; promoção de

disposições e competências sociais e emocionais, bem como valores de respeito e da equidade, pela prática de mediação intercultural.

Esta investigação constitui um estudo de caso com uma estratégia de investigação-ação. Apoiou-se na observação participante da professora /investigadora, com elaboração de notas de campo. Procedeu-se à análise das notas de campo, dos registos de expressão plástica, fotográficos e em vídeo e das narrativas das famílias. Nas análises destes materiais e das interações, emoções e representações neles inscritas, a narrativa feita pelos pais ou avós, em torno da qual se reconstituem os processos que aquela originou, constitui a unidade de análise.

A análise dos dados aponta para algumas mudanças nas crianças, ao nível do autoconhecimento e da autoestima, do (re) conhecimento de si próprio e do outro, do desenvolvimento da empatia, da capacidade de expressão de emoções, do fortalecimento das relações afetivas, da criatividade, da comunicação e expressão corporal. Também nas famílias se observou a participação ativa no processo educativo, a cogestão das atividades e partilha de histórias de vida, favorecendo a interculturalidade. No vaivém entre a escola e a família, as crianças tornaram-se visíveis, protagonistas e efetivos mediadores interculturais. Com o apoio da professora, criaram oportunidades de comunicação e de encontro cultural entre famílias e entre as crianças da turma, contribuindo para a valorização dessas dimensões nas relações interpessoais inerentes aos processos educativos.

Palavras-Chave: mediação intercultural; relação escola-família; voz das crianças; investigação-ação; narrativas familiares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sarmiento, T. & Marques, J. (2006). Participação das crianças nas práticas de relação das famílias com as escolas. *Interações*, Nº 2, 59-86.

Silva, P. (2003). *Escola-Família, uma Relação Armadilhada*. Interculturalidade e Relações de Poder. Porto: Eds. Afrontamento

PAPEL DOS PAIS MOLDAVOS NA MANUTENÇÃO E APRENDIZAGEM DA LÍNGUA DE HERANÇA DOS SEUS FILHOS

Rodica Iachimovschi¹; Ana Sofia Pinho¹ & Sílvia Melo-Pfeifer¹

¹Inst. Educação da Universidade de Lisboa

RESUMO

Nos finais da década de 90 em Portugal surge uma vaga migratória de países de leste, um dos quais a Moldávia. A comunidade moldava destaca-se no seu processo de integração no país de acolhimento pela facilidade de aprender a língua dominante, a língua portuguesa (LP), devido à origem latina da língua romena, língua de origem dos moldavos ou língua de herança (LH) (Castro, 2008; Silva, 2010). Estudos têm evidenciado que a questão da manutenção e do desenvolvimento da LH é uma questão pertinente: primeiro, para que esta não seja assimilada e desapareça, em favor da língua nacional; segundo, valorizando-se as competências de LH como recursos utilizados ou transferidos para facilitar a aquisição da segunda língua (L2) (Pinho, 2015).

Estudos têm procurado descobrir os fatores responsáveis pela erosão/ manutenção da LH (Melo-Pfeifer, 2014; Flores, 2014; Wong Fillmore, 2000). O abandono da LH é visto como uma lacuna no repertório linguístico, o desenvolvimento e a manutenção da LH serem relacionadas com vantagens significativas para o sujeito: a facilidade de aquisição da língua nacional (Cummins, 2005); maior autoestima (Cho, 2015); forte identidade étnica (Tse, 2000); sucesso académico (Lee, 2002); melhor relação familiar (Wong Fillmore, 2000).

Procurámos perceber qual é o *papel dos pais moldavos na manutenção ou no abandono da LH pelos filhos*, delimitando os seguintes objetivos da investigação:

- i. Conhecer as representações sociais associadas à LH de pais e filhos imigrantes moldavos;
- ii. Conhecer as práticas de uso e aprendizagem da LH;
- iii. Conhecer os desafios que os pais enfrentam no desenvolvimento e na manutenção da LH dos filhos.

Optámos por um estudo de caso múltiplo, de natureza qualitativa. Participaram as mães e os filhos (entre oito e 12 anos) de três famílias moldavas que vivem em Portugal há mais de dez anos. Utilizámos a entrevista semiestruturada e, no caso das crianças, a entrevista apoiou-se no desenho, como meio alternativo de representar e comunicar conhecimentos, desenho esse pedido previamente sobre o tema “Desenha-te a falar línguas na família”.

Os resultados apontam para três casos diferentes de manutenção da LH: i) numa das famílias os pais sustentam a manutenção da LH e da cultura de origem, resultando numa família bilingue/plurilingue e bicultural; ii) na segunda, os pais sustentam mais a manutenção da cultura de origem, não investindo muito na LH; iii) e na terceira família, uma família trilingue, a LM está em vias de abandono, em detrimento da LP, que passa a ser L1, sendo também favorizada a língua russa, língua do pai, como L2.

Concluimos que o papel dos pais é fundamental na aprendizagem da LH, na ausência de outras possibilidades para uma educação em e com a LH.

A partir dos resultados da presente investigação, podemos refletir e tirar ilações sobre o papel da família enquanto mediadora linguística, nomeadamente, sobre a mediação linguística como uma das técnicas a ter em conta pelos pais imigrantes para que as crianças tenham uma interação continuada com a família e a sua comunidade na língua de origem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Castro, F. (2008). *A Europa do Outro - A Imigração em Portugal no Início do Século XXI. Estudo do caso dos imigrantes da Europa de Leste no concelho de Vila Viçosa*. Lisboa: ACIDI.
- Cho, G. (2015). Perspectives vs. Reality of Heritage Language Development. Voices from Second-Generation Korean-American High School Students. *Multicultural Education, Winter*, 30-37.
- Cummins, J. (2005). A proposal for action: strategies for recognizing heritage language competence as a learning resource within the mainstream classroom. *Mod. Lang. J.* 89, 585-592.
- Flores, C. (2014). Understanding heritage language acquisition. Some contributions from the research on heritage speakers of European Portuguese. *Língua-2241*, 1-13.
- Lee, J. S. (2002). The Korean language in American: The role of cultural identity in heritage language learning. *Language, Culture and Curriculum*, 15 (2), 117-133.
- Melo-Pfeifer, S. (2014). The role of the family in heritage language use and learning: impact on heritage language policies. *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism, Jan.*, 1-19.
- Pinho, A. S. (2015). Português Língua de Herança: vozes de professores em contexto e reptos à formação de professores. In S. Melo-Pfeifer (org.), *Título a designar*. Lisboa: LIDEL.
- Silva, E. F. (2010). *Competências Linguísticas e Trajetórias Profissionais dos Imigrantes Ucrânicos e Moldavos na AML*. Dissertação de mestrado. Universidade de Lisboa.
- Tse, L. (2000). The Effects of Ethnic Identity Formation on Bilingual Maintenance and Development: An Analysis of Asian American Narratives. *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*, 3 (3), 185-200.

Wong Fillmore, L. (2000). Loss of family languages: Should educators be concerned?
Theory Into Practice, 39 (4), 203–210.

PROJETO 360º - INTERCULTURALIDADE EM MOVIMENTO

Ana Margarida Cunha Silva¹

¹CRESAÇOR - Cooperativa Regional

RESUMO

A CRESAÇOR enquanto Cooperativa Regional de Economia Solidária tem uma visão sociopolítica de mudança assente em três grandes domínios: a democracia económica, a justiça social e a valorização das pessoas. E é imbuída nesta visão de valorização das pessoas e da justiça social que atua em 10 áreas de intervenção, e promove o movimento de economia solidária nos Açores, aliando as dimensões do desenvolvimento local e comunitário, da formação profissional, pessoal e social e da produção e comercialização de produtos e serviços.

A educação intercultural, como forma de fomentar a inclusão das pessoas sem barreiras, com igualdade e sem discriminação pela sua situação económica, social, física, étnica ou cultural, originou a criação do Projeto 360º - Interculturalidade em Movimento.

O projeto 360º é promovido pela valência do Gabinete de Apoio ao Migrante com o objetivo de enraizar os conceitos de direitos humanos, igualdade de oportunidades, justiça social e sensibilização da comunidade de acolhimento para as formas de promover o diálogo intercultural e a inclusão dos cidadãos migrantes residentes nos Açores. O projeto tem abrangência regional e procura, de certa forma, contribuir para a consolidação da heterogeneidade que caracteriza as nove ilhas do arquipélago.

O projeto 360º é desenvolvido com o propósito de estimular nos jovens e idosos um olhar multicultural para o mundo que nos rodeia e para as diversas realidades existentes na Região Autónoma dos Açores. Partindo do pressuposto que as pessoas discriminam porque não conhecem o “outro”, procuramos, através das nossas ações educativas e pedagógicas, e da nossa comunicação intercultural viajar pelos cinco sentidos (ouvir, tocar, ver, saborear e cheirar) e abordar as vivências, partilhar os aspetos culturais, como a música, as danças, os rituais, as lendas, os trajes tradicionais, a gastronomia, as habitações, os cultos religiosos numa ótica de desmistificar os estereótipos e preconceitos criados pela comunidade local. Visando assim, valorizar e afirmar as diferenças culturais, étnicas e sociais dos grupos minoritários, e fortalecer a sua identidade cultural.

A imigração, a diversidade e a multiculturalidade estão cada vez mais presente na realidade açoriana, e a mediação intercultural desta realidade representa um enorme desafio, tanto para a

sociedade de acolhimento como para os próprios migrantes. O Projeto 360º pretende por isso, ser um elo de ligação entre a cultura do país de origem e a cultura do país de acolhimento. Contribuindo assim, para um maior conhecimento das mais de 80 diferentes nacionalidades espalhadas pelas nove ilhas dos Açores.

PROJETO “CONVERGIR PELA DIVERSIDADE EM QUELUZ”

Carla Indira Pina¹ & Ana Paula Caetano¹

¹Fundação Aga Khan e Instituto de Educação, Universidade de Lisboa

RESUMO

“Convergir pela diversidade em Queluz” é um projeto de educação e mediação intercultural, inserido no projeto CONverCIDADE, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e concretizado na Escola Profissional Gustave Eiffel, Queluz.

Procurando contrariar uma visão monocultural da escola, valoriza-se a participação de jovens de diferentes culturas para, juntamente com os seus professores, proporcionarem condições de diálogo e de reconhecimento das diferentes identidades culturais presentes na escola. Nesse sentido os jovens podem desenvolver redes de comunicação intercultural e assumir uma posição de liderança participada e de mediação, criando condições de mudança do clima das escolas e a disseminação de um “espírito mediador” (Corbo Zabatel, 1999, Morineau, 2005).

Os jovens envolvidos integravam-se numa turma do 1ºano do curso Técnico Profissional de Animador Sociocultural, sendo 3 do sexo masculino e 11 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos, habitando principalmente em Sintra e Amadora e constituíam um grupo acolhedor, curioso, alegre e recetivo a novas propostas, com vivências e motivos diversificados para a integração no curso.

O trabalho, desenvolvido entre Outubro de 2015 e Junho de 2016, teve como objetivo principal levar a comunidade a participar no seu próprio desenvolvimento, onde todos fossem agentes ativos que pensam, criam e refletem, tendo como ponto de partida as suas conceções da realidade social. Para a concretização desse objetivo seguiu-se uma metodologia qualitativa, usando como meios de diagnóstico as técnicas do *World Café* e do *Focus Group*.

Com este processo participativo foram manifestadas diversas preocupações, pelo jovens, nomeadamente acerca de comportamentos e atitudes na comunidade escolar de falta de respeito perante a diversidade e a diferença, considerando que era necessário promover mudanças a esse nível.

A partir desse momento o grupo de jovens liderou todo o processo de elaboração e concretização do plano de ação, envolvendo toda a comunidade escolar. Foram mediadores informais, favorecendo ligações entre o projeto e a direção, os outros alunos da escola, professores e funcionários, criando condições para que as múltiplas ideias sobre diversidade fossem ouvidas e

facilitando momentos de reflexão para a compreensão e conhecimento desta temática.

Deste processo resultaram ações como o “Queque Queres?- Semana da Visibilidade Positiva” – onde se pretendia aprofundar o diagnóstico inicial e promover atitudes de respeito pelas diferenças, na qual os jovens foram vestidos de forma “diferente” do habitual - e o “Quem Quer Ser Cromo?”, um concurso sobre a diversidade cultural, que envolveu todas as turmas da escola, com o apoio dos respectivos docentes.

No final, o grupo de jovens compreendeu que tinha atingido o objetivo de consciencializar e sensibilizar a comunidade escolar para a diversidade cultural, considerando que a partir daí poder-se-ia avançar para um projeto comum, participado em todas as fases, onde todos poderiam ser protagonistas, indo ao encontro do 1º objetivo traçado.

Estes jovens sentiram-se bastante satisfeitos por terem tido um papel de mediação intercultural entre os membros da comunidade escolar, não só pelas ações que facilitaram, como também por perceberam que, a partir deste projeto, a sua comunidade estaria provavelmente mais atenta e pensaria nestas questões antes de julgar ou desrespeitar o outro pela sua diferença.

Palavras-Chave: Mediação e educação intercultural, Participação jovem, desenvolvimento da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Corbo Zabatel, E. (1999). Mediación: cambio social o más de lo mismo? In F. Brandoni (Ed.). Mediación escolar. Propuestas, reflexiones y experiencias. Buenos Aires: Paidós.
- Morineau, J. (2005). L'esprit de la médiation. Ramonville Saint-Agne: Érès.

ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DE COMPETÊNCIAS INTERCULTURAIS NOS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM COM FAMÍLIAS IMIGRANTES

Ana Spínola¹ & Alcinda Costa Reis¹

¹ Instituto Politécnico de Santarém/Escola Superior de Saúde

RESUMO

A análise da prática clínica dos enfermeiros com famílias imigrantes tem revelado a necessidade de que haja investimento no processo de formação dos profissionais, desde o curso de licenciatura em Enfermagem.

É neste sentido que se têm desenvolvido estratégias pedagógicas no contexto da formação em Enfermagem – na unidade curricular de Enfermagem de Família, promotoras da construção de competências interculturais nos estudantes do 1º ciclo.

A opção pelas estratégias apresentadas sustenta-se na investigação anteriormente desenvolvida, onde são identificados: por um lado elementos facilitadores da comunicação e da avaliação inicial das famílias, promotores da adesão e continuidade aos cuidados pelas famílias imigrantes, e por outro lado a minimização progressiva das diferenças culturais entre quem cuida e quem é cuidado, nos momentos de interação com estas famílias.

Analisar a construção de competências interculturais nos estudantes do 1º ciclo de Enfermagem, partindo da análise de narrativas de famílias imigrantes, em contexto de sala de aula, constituídas como situações estímulo iniciais.

Estudo qualitativo e etnográfico; técnicas de recolha de dados: narrativas, observação participante, grupos de discussão e entrevistas a enfermeiros e imigrantes. A investigação inicialmente produzida, induziu a mobilização do estudo de caso-análise a trabalhar com os estudantes em contexto de sala de aula. A análise de narrativas de famílias imigrantes constitui-se como situação-estímulo, na 1ª fase de trabalho. Na 2ª fase os estudantes mobilizam o instrumento de colheita de dados para avaliação da pessoa/família imigrante, sugerido por Campinha-Bacote (2011) – LEARN (Listen, Explain, Acknowledge, Recommend, Negotiate). Na 3ª fase promove-se a análise e discussão dos estudos de caso em seminário, com a presença de estudantes, professores e enfermeiros convidados.

As estratégias de ensino e aprendizagem desenvolvidas revelam-se promotoras de maior facilidade na avaliação e intervenção com famílias – com identificação de diferentes valores, costumes, crenças e práticas de saúde, para a tomada de decisão e resolução de problemas. O desenvolvimento da sensibilidade, consciência e conhecimento culturais, são valorizados no discurso dos estudantes, ao se perspectivarem na prática clínica com famílias imigrantes.

A estratégia adotada revelou-se promotora da construção de competências interculturais nos estudantes. Consciencializam a sua fase inicial de etnocentrismo na análise e discussão das narrativas, bem como o seu progressivo *ethnorrelativism*, emergindo sensibilidade e conhecimento culturais, à medida que estruturam o planeamento da sua intervenção com as famílias estudadas.

Palavras-Chave: famílias imigrantes; competência intercultural; estratégias de aprendizagem; estudantes de enfermagem.

INTERCULTURALITY IN HEALTH: TAKING CONSCIOUSNESS OF ITSELF

Luís Rainha¹; Maria Rosário Pinto¹ & Ana Spínola¹

¹Instituto Politécnico de Santarém

ABSTRACT

Globalization is becoming a new reality, offering the opportunity for citizens from different gender, age and social status, to move between regions. A spreading phenomenon throughout Europe with incoming people escaping from war and other conflicts, that makes adaptation to distinct ways of living a personal and social challenge, that can become stressing and suffering factors to all involved. Interpersonal relationship is a structural axe in integration processes, considered as an essential condition for society development, which imposes working in these processes, pointing toward a stable and adequate social intercultural relation.

One of the fundamental dimensions of this process is related to personal wellbeing and health assurance as is scientifically demonstrated that communication and believes, specific behaviour conduct norms and cultural values can create difficulties within the health care process (Reis, 2015). Values and personal life experiences discussion play an important role in the global process, both for incoming and hosting people, which can ben operationalized through several strategies.

The Values and Knowledge Education (VaKE), a constructivist tool that leads to a discussion of a situation combining moral and personal values with knowledge (Patry et al., 2013), it's a way of becoming aware of values, gaining self-knowledge and contributes to global understanding, which is essential within care process to overcome cultural barriers.

Through its eleven steps, this strategy leads each person to discuss and understand a dilemma and the values at stake, to vote in favour or against, justifying his position, by proposing arguments and perspectives interchange. While per passing these steps, lack of information is identified which leads to the next one: information gathering. After this, a second discussion occurs, producing a final new perspective that integrates the global opinion based on each and everyone's opinions, values, previous experiences integrating new knowledge.

The outcomes of the application of this methodology emphasize it as a way to awake peoples' to their one values but as well to understand other people values, highlighting life and cultural

experiences during argumentation, done in an environment that promotes acceptance without negative judgements.

Main gain of the application of this process, is its contribution to health care improvement as care givers become more aware of their own values and the influence of them in caring process, as an important dimension for each person, opening the professionals' conscience to multicultural dimensions of caring.

Keywords: Interculturality, selfconscience, healthcare, VaKE

BIBLIOGRAPHY

Patry, J-L., Weinberger, A., Weyringer, S., & Nussbaumer, M. (2013). Combining values and knowledge education. In B.J. Irby, G. Brown, R. Lara-Alecio & S. Jackson (Eds.) & R. A. Robles-Piña (Sect. Ed.), *The handbook of educational theories* (565-579). Charlotte, NC: Information Age Publishing.

Reis, A. (2015). Cuidar e mediar na multiculturalidade, available on

https://www.esenfc.pt/event/event/abstracts/exportAbstractPDF.php?id_abstract=1645&id_event=64

MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA – FRONTEIRAS DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

Carla Martingo¹

¹ ACM, IP

RESUMO

A Mutilação Genital Feminina (MGF) é uma das expressões usadas para referir todas as intervenções que se traduzem na remoção parcial ou total dos órgãos femininos externos por razões não médicas. Com variações que vão desde a excisão parcial ou total do clítoris (clitoridectomia) à infibulação passando por outros procedimentos, a MGF reflete uma profunda desigualdade de género consistindo numa violação dos direitos humanos das meninas e mulheres que a ela são sujeitas, nomeadamente do direito à saúde, à integridade física e psicológica, em suma, a uma vida em pleno. Com consequências para a saúde a curto, médio e longo prazo que incluem a dor intensa, hemorragias, infecções várias, podendo até levar à morte, a MGF apresenta-se, assim, também como uma questão de saúde.

Em todo o mundo 200 milhões de meninas e mulheres já terão sido submetidas à prática. Em Portugal, estima-se que cerca de 5.246 mulheres em idade fértil vivam com MGF. Conforme um estudo do European Institute for Gender Equality (EIGE), residiam em Portugal, em 2011, 5.835 raparigas provenientes de países com MGF (nascidas no países de origem ou em Portugal) expectavelmente em risco, desenvolvendo dois cenários: um de risco mais elevado e outro de risco mais reduzido, respectivamente apontando para 1.365 e 269 meninas em risco de serem submetidas à prática. Os países de origem destas meninas e mulheres são a Guiné-Bissau (a maioria), a Guiné-Conakri, o Senegal, a Nigéria, entre outros países com menor expressão.

O trabalho nesta área implica o recurso a estratégias em que as comunidades afetadas sejam parte integrante do processo e das respostas. A mediação é uma dessas estratégias, sendo que a natureza desta prática (MGF), que é crime não apenas em Portugal (art.º 144.º - A, lei n.º 85/2015, de 5 de Agosto) mas num cada vez maior número de países em todo o mundo, coloca importantes desafios: quais as fronteiras da mediação? Quem deve/pode mediar nesta área tão sensível e difícil de se manter a imparcialidade? Consegue-se manter a imparcialidade? Consegue-se ser a terceira parte? Quem tem legitimidade para tal junto das comunidades afetadas?

Estas e outras questões são uma reflexão, em aberto, para a qual se pode beber informação de projetos e práticas já implementadas ou em curso. O objetivo de todas estas intervenções/respostas deve ser o desencorajamento e fim desta prática, cuja fronteira nunca pode ultrapassar a barreira dos direitos humanos, do direito à saúde e a uma vida plena, sem sofrimento.

Palavras-Chave: mediação, mutilação genital feminina, saúde, direitos

MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA – UMA DIFÍCIL CONCILIAÇÃO ENTRE CULTURA E DIREITOS HUMANOS

Ana Raquel Afonso¹ & Teresa Dénis¹

¹ACM, IP

RESUMO

A multiculturalidade é hoje uma realidade constante nas sociedades de acolhimento de imigrantes, o que poderá colocar alguns problemas a nível da conciliação entre cultura e direito como é exemplo a problemática da mutilação genital feminina (MGF), que a Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu como qualquer procedimento que envolva a remoção total ou parcial dos órgãos genitais externos praticados por razões culturais, religiosas e não-terapêuticas.

A MGF apresenta-se como um atentado à integridade física e está enquadrada no âmbito da violência doméstica definida pelas Nações Unidas (1993: artigo 1º) como, “toda e qualquer ação de violência baseada no género que resulte, ou possa resultar, em danos ou sofrimento físicos, sexuais ou psíquicos das mulheres, inclusive ameaças, coerção ou privação sumária de liberdade, quer ocorra na vida pública ou privada”, neste sentido também, Marta Santos Pais (1994), refere que a “violência contra a mulher é reconhecida como uma manifestação da desigualdade histórica da relação de poder entre os sexos”. Efectivamente, a situação das mulheres imigrantes ou de minorias étnico-culturais nas sociedades desenvolvidas é determinada pela articulação de diferentes relações de poder em que se encontram inseridas. Neste âmbito, as abordagens feministas das migrações têm salientado que a situação das mulheres migrantes passa por uma análise multidimensional que convoque as questões de género, classe e de pertença étnica, cultural e simbólica.

A prática ritualística da MGF assenta num costume sociocultural de natureza assumidamente patriarcal (Shweder, 2000), com origem nas desigualdades de género como mecanismo de controlo da sexualidade da mulher e é suportada por valores sobre pureza, modéstia e estética que a mulher vista como pura deve preservar, pelo que é geralmente iniciada e executada por mulheres que a vêem como motivo de honradez e desejo de inclusão social, ou receio de rejeição pela comunidade. Nestas culturas acredita-se que a mutilação genital feminina está certa, é necessária e dignificante. Contudo, a diversidade cultural só pode ser protegida, promovida e aceite desde que não coloque em causa os direitos humanos, quer a nível das liberdades fundamentais, como por exemplo, a liberdade de expressão, quer a nível da integridade física e mental ou do direito à vida. Como

estipula a Convenção Sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais emanada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2005, ninguém poderá invocar a diversidade cultural para atentar contra os direitos e liberdades garantidos pelo direito internacional (UNESCO, 2005: artigo 2.º). Neste sentido, é preciso alertar e formar profissionais (na área social e da saúde) nomeadamente mediadores sócios culturais para que participem na transição do reconhecimento meramente aceleratório do multiculturalismo como produto da modernidade, não muito distante de propostas como a de Brian Barry (2001), para a consecução de um diálogo intercultural que obrigue à troca entre hábitos e mundividências, frequentemente antitéticas, diálogo esse inelutavelmente atravessado pela difícil relação entre posições hegemónicas e contra-hegemónicas. Um desafio gigante e certamente mais fácil de inserir num registo de conceptualização do que de concretização.

É neste campo, difícil e persistentemente aberto ao debate (e não raro promotor de polarizações), que visamos apresentar uma reflexão/problematização sobre a Mutilação Genital Feminina entendida por quem a defende como um facto de cultura que, por essa razão, não deve entrar no campo do direito.

Palavras-Chave: Mutilação genital feminina, multiculturalidade e direitos humanos.

O PROCESSO DE COMPETÊNCIA CULTURAL DE JOSEPHA CAMPINHA-BACOTE NA COMPREENSÃO DO CUIDAR INTERCULTURAL: UM ESTUDO DE CASO COM ESTUDANTES DE UM CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Emília Coutinho¹; Ana Cristina Carvalho¹ & Emília Costa Rodrigues¹

¹Instituto Politécnico de Viseu/Escola Superior de Saúde

RESUMO

O Processo de Competência Cultural de Campinha-Bacote é um modelo culturalmente centrado no cliente em que o profissional, no contexto cultural do cliente enquanto indivíduo, família, ou comunidade, se orienta por cinco construções de competência cultural: o desejo cultural, a consciência cultural, o conhecimento cultural, a habilidade cultural, e os encontros culturais.

Criticar o Modelo de Competência Cultural de Campinha-Bacote; compreender o processo de cuidar de uma família angolana em Portugal à luz do modelo proposto.

Estudo de caso. Apresentação sumária do caso: “X é uma jovem angolana, fala o português de forma perceptível a viver em Portugal há 1 ano com o companheiro, angolano. Ela trabalha nas limpezas, ele nas obras. Ela está grávida de 28 semanas e esta é a sua primeira consulta no Centro de Saúde”.

Os estudantes do curso de pós-graduação adaptaram as questões ASKED, sugeridas por Campinha-Bacote, para analisar a competência cultural do enfermeiro que atendesse X, em entrevista semiestruturada, de acordo com os cinco constructos subjacentes ao estudo transcultural.

Consciência cultural - O que pode dizer sobre a cultura de X? Qual a sua experiência com a cultura angolana? Como costuma cuidar de clientes com diferente cultura da sua? De que forma facilita ou prejudica as pessoas diferentes de si própria?

Conhecimento cultural - O que sabe sobre a cultura angolana? Será capaz de completar os cuidados que presta, sendo insensível às diferenças culturais?

Habilidade cultural - O que sabe desta cultura, sobre as suas crenças, costumes e variações biológicas? Que formação cultural teve? No seu local de trabalho há orientações relativamente ao atendimento de pessoas de culturas diferentes?

Encontro cultural - Qual o seu nível de interesse na interação com as pessoas de diferentes culturas? Em situações em que não compreende o cliente (por idioma diferente) o que faz? Como lida com isso?

Desejo cultural - Pergunte a si próprio, tem interesse em compreender a cultura do cliente? Parece-lhe que os clientes estão confortáveis com os seus cuidados de enfermagem? Porquê? Quão importante é para si conhecer as necessidades dos clientes? Tem acesso a algum recurso sobre a cultura angolana?

Da pesquisa realizada sobre a cultura angolana os estudantes identificaram o conhecimento cultural e os padrões culturais desocultados em outros estudos e ficaram a conhecer melhor X Confrontando o conhecimento adquirido e o caso tiveram mais facilidade na identificação dos focos de atenção de enfermagem, nos diagnósticos da real situação de X e nas intervenções a implementar com X.

Foram reportados os seguintes domínios: a alimentação, os cuidados na gravidez, o parto, os primeiros cuidados à criança, os cuidados de saúde, ter filhos, o cuidado dos filhos, viver em contexto migratório, e as dificuldades linguísticas.

o modelo de Campinha-Bacote - Processo de Competência Cultural ajuda os estudantes a analisarem o seu desejo cultural, a desenvolverem o conhecimento cultural, a consciência cultural, e as habilidades culturais nos encontros culturais futuros.

Palavras-Chave: modelo de Campinha-Bacote, competência intercultural; família angolana; estudo de caso; estudantes de pós-graduação em enfermagem

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Campinha-Bacote, J. (1998). Cultural Diversity in Nursing Education: Issues and Concerns *Journal of Nursing Education*, 37(1), 3-4.

Campinha-Bacote, J. (2007). *The process of cultural competence in the delivery of healthcare services: The journey continues* (5th ed.). Cincinnati, OH: Transcultural C .A.R.E. Associates.

Campinha-Bacote, J. (2011). Delivering Patient-Centered Care in the Midst of a Cultural Conflict: The Role of Cultural Competence. *OJIN: The Online Journal of Issues in Nursing*, 16(2), Manuscript 5. doi: 10.3912/OJIN.Vol16No02Man05

Campinha-Bacote, J., & Campinha-Bacote, D. (1999). A Framework for Providing Culturally Competent Health Care Services in Managed Care Organizations. *Journal of Transcultural Nursing*, 10(3), 291-292.

Campinha-Bacote, J., & Munoz, C. (2001). A Guiding Framework for Delivering Culturally Competence Services in Case Management. *The Case Manager*, 12(2), 48-52.

Fernandes, A. (2014). *Estudo de adaptação e validação transcultural da versão portuguesa da Escala de Consciência Cultural em Saúde Mental - Multicultural Mental Health Awareness Scale – MMHAS*

(*Khawaja, Gomez e Turner, 2008*). Dissertação de mestrado. Acedido em 06/05/2016 em repositorio.esenfc.pt/private/index.php?process=download&id

CONSOLIDANDO LAÇOS NO TERRITÓRIO MULTICULTURAL: FORMAÇÃO DE MEDIADORES COMUNITÁRIOS

Ana Maria Costa e Silva¹; Marta Soares¹ & Maria de Lurdes Carvalho¹

¹Instituto de Educação, Universidade do Minho

RESUMO

A formação de Mediadores Comunitários Interculturais surge da premência e pertinência de construir comunidades inclusivas, solidárias e interculturais. Um estudo liderado pelo Município de Braga, com a participação de diversas organizações, permitiu identificar no distrito uma diversidade de migrantes e minorias étnicas. Em 2015, com o intuito de valorizar essa diversidade cultural, o Município elaborou um Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes. Braga integra atualmente a Rede de Municípios Interculturais. É neste contexto que a partir de um protocolo formalizado entre o Instituto de Educação da Universidade do Minho e o Município de Braga se reconhece o interesse e necessidade de formação de Mediadores Comunitário.

A intervenção neste âmbito anunciou-se indispensável, não só para desmistificar a imagem negativa sobre os migrantes e minorias étnicas, mas (e sobretudo) intervir no sentido de assegurar a manutenção dos Direitos Humanos e a convivência cidadã intercultural. Era, portanto, necessário promover o reconhecimento cultural através de uma intervenção mediadora e da participação dos protagonistas locais, migrantes e autóctones. Algumas das razões que estiveram na origem deste projeto de formação resultam da identificação das seguintes prioridades: i) autonomização do migrante; ii) valorização do seu conhecimento pessoal e cultural; iii) facilitação da comunicação; iv) reconhecimento das diversas culturas na comunidade. A formação centrou-se, então, na capacitação de migrantes e autóctones em Competências de Mediação Comunitária e Intercultural considerando a relevância da comunicação e da interação, assim como o empoderamento dos indivíduos e grupos, nomeadamente nos contextos comunitários e sociais em que estão inseridos. A Formação de Mediadores Comunitários (FMC) contou, inicialmente, com trinta inscrições. Atendendo às características e dinâmicas da e na formação considerou-se que o número máximo de participantes seria de quinze formandos. Assim, procedeu-se à seleção dos inscritos tendo como critérios a residência, naturalidade e profissão dos candidatos. Foram selecionados quinze formandos que se caracterizavam pela diversidade cultural e profissional.

A FMC teve como finalidade capacitar os participantes para o trabalho com as diversas culturas e interação com as mesmas no (re)conhecimento da interculturalidade, criando espaços de maior implicação dos mesmos no projeto de promoção da convivência intercultural entre pessoas de diversas culturas, migrantes e autóctones, no concelho de Braga.

Para cumprir esta finalidade definiram-se objetivos e estratégias de aprendizagem. A formação foi organizada em quatro módulos num total de 27 horas presenciais em horário pós-laboral. Os princípios metodológicos que estiveram subjacentes na formação incitaram à participação ativa dos formandos, incentivando a análise, discussão e reflexão crítica, individual e/ou grupal acerca dos conteúdos, bem como a partilha de experiências pessoais e profissionais de multi/interculturalidade. Esta formação estruturou-se numa perspetiva de ação/reflexão/ação em que, num primeiro momento, se proporcionou a sensibilização e motivação para os temas a trabalhar e, num segundo momento, se centrou na capacitação dos formandos em técnicas específicas de comunicação e mediação e práticas no âmbito da Mediação Comunitária Intercultural.

Treze formandos receberam, no final e em sessão pública, o seu certificado de Mediadores Comunitários. A avaliação da formação elaborada pelos formandos foi muito positiva e todos os participantes aconselhariam a frequência da mesma a outros profissionais e amigos.

Palavras-Chave: Formação, Interculturalidade, Mediação Intercultural, Mediadores Comunitários

CONSTRUÇÃO DE REDES DE PARCERIA PARA A INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA: O IPBEJA E O TERRITÓRIO BEJA

Ana Felisbela Piedade¹; Bárbara Esparteiro¹ & Ana Fernandes¹

¹Instituto Politécnico de Beja – Departamento de Educação, Ciências Sociais e do Comportamento

RESUMO

Pretendemos com esta comunicação, refletir acerca das vantagens e da importância do estabelecimento de parcerias e desenvolvimento do trabalho em rede para conhecer e intervir em qualquer território.

Consideramos que conhecer o território é imprescindível para se poder intervir, o que implica trabalhar com “o outro”. Tal não é possível sem se conhecer os recursos que a cada momento, podem ser encontrados e mobilizados na comunidade. O facto de o IPBeja fazer parte da Rede Social do concelho de Beja, permite-lhe recolher informação acerca das atividades desenvolvidas por outras entidades de interesse e dar a conhecer os seus projetos e intenções. Desta troca resulta a possibilidade de encontrar pontos de convergência e interesses comuns de intervenção bem como imprimir dinâmicas de cooperação entre os vários agentes e entidades locais, regionais e nacionais de modo a fomentar e construir redes de parceria que permitam realizar um trabalho concertado, sustentado e profícuo. Do cruzamento de saberes e recursos através de uma parceria global consolidada entre agentes públicos e privados, transterritoriais, será possível compreender o território nas suas diferentes dimensões e, portanto, promover um conjunto de projetos e ações mais efetivos e eficazes.

Como referem Ornelas e Moniz (2011) as parcerias ao nível comunitário podem constituir-se como uma estratégia crucial para o desenvolvimento da capacidade das organizações que as compõem bem como das comunidades onde se inserem. Significa isto a necessidade de construir parcerias e de trabalhar em rede, cruzando o local, o regional e o nacional. O IPBeja enquanto parceiro da Rede Social do concelho propõe-se fazê-lo, atuando de forma concertada ao nível do conhecimento do território em termos da população migrante estrangeira. Enquanto entidade recetora de alunos estrangeiros e promotora de práticas interculturais tem todo o interesse em conhecer-se internamente – nas relações que a sua população mantém entre si – mas também lhe interessa conhecer a realidade circundante, desde logo a cidade e as suas freguesias urbanas e rurais.

De acordo com os dados do SEF, de 2011, constantes no site da CMB, residiam no distrito de Beja 6966 indivíduos de nacionalidade estrangeira, o que corresponderia a uma percentagem de 49.33% relativamente à região Alentejo e 1.59% relativamente ao total de estrangeiros residentes no país. A partir 2011, porém, a situação alterou-se consideravelmente. Desde logo com o papel de atração de alunos oriundos dos PALOP que o IPBeja tem vindo a assumir e, claro, com os migrantes económicos e requisitantes de asilo que têm vindo a entrar e já entraram no distrito e cidade de Beja. Tão pouco as percentagens referenciadas nos mesmos censos (Brasil-53% no concelho; Ucrânia-16% no concelho; Moldávia-6% no concelho e Roménia7% no concelho) estão atualizadas. Onde, para conhecer o território, seja ele qual for e seja qual for a escala a que nos reportamos enquanto investigadores, é imprescindível a relação que se estabelece com todas as organizações e entidades em presença, a troca de informação constante e atualizadas quanto aos números, aos problemas, aos recursos e às soluções possíveis.

Palavras-chave: Território, parceria, trabalho em rede

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ornelas, José; Moniz Maria (2011), in Parcerias Comunitárias, Lisboa, Edições ISPA
Diagnóstico Social do Concelho de Beja, 2013

CORPOS-TERRITÓRIO E A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

Ana Felisbela Piedade¹

¹Instituto Politécnico de Beja – Departamento de Educação, Ciências Sociais e do Comportamento

RESUMO

Pretendemos com esta comunicação, refletir acerca do espaço como território, mas sobretudo do corpo enquanto território, em que se inscrevem culturas e subculturas.

Os gestos, as posturas, as inscrições que todos os corpos contêm, o espaço que ocupam – como o ocupam - no espaço físico dos lugares, na intervenção que têm relativamente aos espaços público e privado das comunidades onde vivem e dos lugares de passagem onde se manifestam, apresentam-se como territórios com características específicas, tradutores de identidades. Como territórios móveis que circulam dentro de outros territórios.

Sendo o espaço e o território conceitos culturais, o sentimento de pertença a um lugar também o é. Convoca e desencadeia relações identitárias e de apropriação espacial que se traduz em representações do espaço do “outro” e do “nosso” espaço; do “meu” corpo, dos “nossos” corpos e dos corpos dos “outros”, distinguíveis pela forma, cor, roupa, odores, adornos e comida ingerida – a comida pura e a comida impura.

Os aspetos rituais ligados ao vestuário como marca cultural e identitária – o corpo mostrado versus o corpo tapado; o vestuário e o adorno que “faz” e/ou “transmuta” o género, o estatuto social, a idade, a “aculturação” e a identidade; a postura corporal e a proxémia, os gestos permitidos e interditos, na senda de Edward T. Hall e Desmond Morris, permitem entender a transmutação dos territórios geográficos por via da circulação do corpo-território. Mas o corpo-território é igualmente tradutor de “normalidades” e “diferenças”, de estatuto socioeconómico - de contextos sociais e económicos. Importa, assim, compreender a relação existente entre o espaço/território do(s) corpo(s) e o geográfico. Compreender como em determinadas cidades, vilas, aldeias, o ser-se diferente, em termos de etnia, origem social, estatuto económico, definição de “normal” no contexto em causa, implica ocupar espaços aparte, muitas vezes marginais.

Cada vez mais o corpo-território multicultural e intercultural gera polémica mas cada vez mais os territórios geográficos, por via da performance e da intervenção artística em geral, se pretendem multiculturais, interculturais e integradores. É, no entanto, frequente que as práticas artísticas ao mesmo tempo que integram e acolhem a multiculturalidade transformando-a em interculturalidade, estabeleçam fronteiras entre territórios.

Como os corpos constituem fronteiras, isto é, lugares simultaneamente de limite e de transição, também os espaços que eles ocupam parecem marcar a transição entre identidades múltiplas e compósitas, de tal modo que identificar um corpo-território parece, ainda hoje, nas nossas comunidades interculturais, remeter diretamente para esferas geográficas, económicas e socioculturais de pertença.

Palavras-chave: Território, corpo, identidade, corpo-território

DIVERSIDADE CULTURAL, CONVIVÊNCIA, CONFLITO E MEDIAÇÃO

Elisabete Pinto da Costa¹ & João de Almeida Santos²

¹ Universidade Lusófona do Porto, CeIED, IMULP

² Universidade Lusófona do Porto, CICPRIS

RESUMO

A principal marca das sociedades atuais é a diversidade cultural e civilizacional, fruto da globalização e dos fluxos migratórios a que assistimos desde o século passado. Qualquer sociedade apresenta-se, por isso, cada vez mais plural e multicultural.

A relação entre culturas tem-se desenvolvido em contexto de tensão e, nessa medida, torna-se cada vez mais necessário construir e implementar dispositivos e dinâmicas de interação e de inclusão. Nesse sentido, a interculturalidade é algo a construir socialmente, indo além do reconhecimento da diferença e promovendo-se a convivência e a interação na diversidade.

Num espaço social, relacional e cultural diverso, onde coabitam diversas pessoas ou culturas, com as suas identidades, princípios, valores, representações, necessidades e até patamares civilizacionais diferenciados, conviver ou viver juntos em interação harmoniosa é bem mais exigente do que partilhar simplesmente o mesmo território na mesma temporalidade.

Os conflitos interculturais resultam da oposição entre indivíduos e grupos por razões de território, de pertença religiosa, de valores, de normas culturais e de dimensões civilizacionais, consubstanciando-se muitas vezes em incompatibilidade de interesses, de necessidades e de posições desejadas e manifestadas. Duas ilações fundamentais têm derivado do pluralismo cultural e civilizacional: o receio de um choque de civilizações (Huntington) e o desafio de uma vivência plural e interativa. O desconhecimento e a intolerância contribuem para exacerbar os conflitos interculturais. Nesse sentido, e inspirando-nos nos trabalhos de Carlos Giménez, não partimos da opção entre a convivência e a violência, mas da relação entre convivência e não convivência, onde se inscrevem também situações de conflito.

A convivência multicultural deve acontecer num ambiente de diálogo que absorva os conflitos (ocultos, latentes ou manifestos). Nesse sentido, a convivência é uma construção partilhada. Por consequência, a gestão das relações interpessoais e grupais para a gestão e resolução de conflitos, interculturais e interpessoais, deve guiar-se pelas regras próprias do diálogo e pelos princípios do reconhecimento da diferença e da promoção da empatia. Passar da *coexistência*, num mesmo

espaço físico, para a convivência, num espaço simbólico aberto, implica colocar a descoberto diferenças e dissensões, que podem tender para a divisão, se não mesmo para a rutura e exclusão, ou podem evoluir para a compreensividade e resultar em integração e coesão. Na aceção crítica, o conflito, enquanto *crise larvar*, pode constituir uma oportunidade de mudança, de aperfeiçoamento e de desenvolvimento humano, obrigando os indivíduos a definir-se, a contextualizar-se e a interagir no espaço relacional, social, cultural e civilizacional.

A aposta na *valorização do conflito* e na sua *reapropriação pelos indivíduos e grupos*, numa *lógica de socialização, integração e coesão*, é-nos proposta pela mediação. Porque a mediação de conflitos não se encaixa apenas nos referenciais instrumentais e tecnicistas, assumindo objetivos mais amplos em termos sociais. Através do tratamento do conflito num nível micro projeta-se um impacto de nível macro, visando gerar uma cultura crítica assente nos princípios da reflexividade, da alteridade, da não-adversariedade e da participação.

Assim, a mediação de conflitos propõe uma forma própria de entender as relações humanas. Promove o reconhecimento da singularidade de cada indivíduo ou grupo e possibilita a construção de *lugares sociais de cidadania*, gerando *espaços simbólicos abertos e partilhados*. Pode-se então sintetizar duas vocações e dois grandes objetivos a alcançar pela mediação de conflitos: a nível interpessoal, uma vocação capacitadora, pelo empoderamento dos sujeitos; e a nível intercultural e societal, uma vocação emancipadora, pelo sentido da vivência em comunidade, inscrevendo nela a igualdade e a justiça social. A mediação de conflitos baseia-se no respeito pela dignidade e pelos direitos da Pessoa Humana e assume-se como metodologia de construção de convivência intercultural e civilizacional.

Palavras-chave: diversidade cultural, convivência, conflito e mediação.

FORMAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS MENTORES PARA MIGRANTES: AJUDAR QUEM AJUDA

Anabela Pereira; Manuela Gonçalves & Miguel Oliveira

RESUMO

Há evidência de que a formação dos voluntários é peça fundamental para o sucesso de qualquer tipo de intervenção. A nossa experiência ao longo de mais de duas décadas a formar voluntários em experiências de apoio de pares – *peer counselling*, promovendo o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, permite nos identificar algumas especificidades necessárias a desenvolver na formação de mentores para migrantes visando a interculturalidade e o lidar com as situações de crise.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um programa de formação específica direcionado para mentores para migrantes, visando uma experiência de entreajuda e apoio entre voluntários (cidadãos portugueses) e migrantes (quer na categoria de emigrantes e imigrantes e /ou refugiados).

O programa de formação de mentores para migrantes aqui proposto envolve duas vertentes da formação: básica (antes dos voluntários iniciarem o programa) e contínua (durante o apoio). Tendo por base metodologias dinâmicas do tipo roleplay, simulação de cenários de crise, entre outras, os conteúdos da formação abordam quatro áreas específicas: auto e hetero – conhecimento da vulnerabilidade humana numa perspetiva da interculturalidade; técnicas básicas de aconselhamento; estratégia para lidar com situações difíceis visando a resoluções de problemas; compromisso e responsabilidade social ativa. A monitorização e avaliação antes durante e após o programa de formação dos mentores é indispensável e privilegiada. O programa de formação é essencialmente presencial, contudo na vertente de formação contínua envolverá sessões em formato de *b-learning* e MOOC.

São referidas algumas implicações deste trabalho ao nível da identificação das necessidades dos voluntários do programa de mentores para migrantes bem como dotar os indivíduos de recursos (empowerment) que lhes permitam ser mais eficazes no processo de apoio e entreajuda ao outro. Além disso é salientado a importância do acompanhamento e apoio contínuo dos voluntários, visando ajudar aquele que ajuda.

Palavras Chaves: Formação de Mentores, Processo de Ajuda, Autoconhecimento, Interculturalidade, Compromisso

FRONTEIRAS DA IDENTIDADE: IMIGRAÇÃO E MEDIAÇÃO INTERCULTURAL NO ALENTEJO

Patrícia Hermozilha¹

¹CICSNova – Uévara

RESUMO

A comunicação que se apresenta tem como objetivo central refletir sobre os desafios da mediação intercultural no Alentejo rural, pretendendo-se clarificar o fenómeno da imigração sazonal de trabalhadores agrícolas e compreender as consequências da presença dos imigrantes no meio rural. A mediação intercultural, enquanto desafio e prática, é um processo de intervenção comunitária que deve ser concebido segundo técnicas e saberes que promovam a inclusão e a qualidade da comunicação entre os intervenientes. Enquanto instrumento, a mediação intercultural, visa instituir novas dinâmicas que se pretendem sólidas e positivas para o relacionamento entre diferentes culturas e identidades. Estabelecer um clima de confiança entre as culturas, facilitar o diálogo intercultural, gerir conflitos e institucionalizar processos de mudança social é um imperativo nas sociedades contemporâneas, cada vez mais heterogéneas, compostas por diferentes identidades culturais.

Em Portugal, a mediação intercultural tem sido um campo de atuação que ganhou engrenagem nos últimos anos, no entanto, a sua intervenção alcançou uma maior amplitude no contexto efervescente dos grandes centros urbanos, nos quais as múltiplas culturas são mais expressivas. No caso do Alentejo, a presença de imigrantes sazonais no meio rural e a consequente diversidade cultural presente no território, é um fenómeno pouco explorado e uma realidade que carece de investigação.

No contexto atual, em que as fronteiras físicas dos territórios são transponíveis pela evolução dos meios de comunicação e transporte e pelas tecnologias de informação e comunicação, as fronteiras da identidade permanecem frequentemente encarceradas no choque cultural. Nesta perspetiva, evidencia-se a importância da criação de dinâmicas interculturais no Alentejo rural que visem o reconhecimento da diversidade cultural. O incremento do debate científico, o conhecimento da realidade de atuação, a criação de receptividade por parte dos intervenientes e o planeamento de ações concretas, são desafios imperativos para a promoção e consolidação da mediação intercultural enquanto estratégia de intervenção em territórios de baixa densidade populacional.

Palavras-chave: Mediação Intercultural, Imigração, Identidade, Alentejo.

O ESTABELECIMENTO DE ESTRATÉGIAS NO PROCESSO DE MEDIAÇÃO INTERCULTURAL NO IP DA GUARDA

Luísa Q. Campos¹; Maria Paula Neves¹; María del Carmen Ribeiro¹; Maria Hermínia Barbosa¹ & Nelson Oliveira¹

¹IPG - Inst. Politecnico da Guarda

RESUMO

Em mediação intercultural, para “fazer a diferença” é necessário conhecer as diferenças e dá-las a conhecer. A fim de intervir a nível da mediação intercultural de modo eficaz num território é necessário conhecer esse território e dá-lo a conhecer às partes interactuantes. Para tal é necessário estabelecer estratégias adequadas. A presente comunicação pretende reflectir sobre as estratégias desenvolvidas no Instituto Politécnico da Guarda (IPG) pelo grupo do Território da Rede do Ensino Superior para a Mediação Intercultural (RESMI) do IPG, no âmbito da mudança verificada no seu tecido social académico, decorrente do aumento considerável de alunos internacionais no IPG, sobretudo provenientes dos PALOP. Perante esta transformação da população estudantil e o simultâneo avolumar de problemas de vária ordem que impedem a boa integração desses alunos na vida académica e comunitária, procurámos, em primeiro lugar, mapear os problemas existentes dentro deste grupo de alunos e na entidade anfitriã através do levantamento de dados, com a aplicação de um questionário dirigido a alunos e outro ao IPG, na pessoa do respectivo responsável. A análise dos questionários revelou um desfasamento de parte a parte entre as expectativas do que iriam encontrar ao depararem-se uns, os alunos, com a realidade sociocultural portuguesa e do IPG e outros, o IPG, com as realidades socioculturais dos estudantes de diferentes países africanos. Para ultrapassar este desfasamento e continuar a tentar obstar a que as expectativas nem excedessem nem ficassem aquém das realidades, delinearam-se mais duas estratégias: uma reunião dos estudantes com o grupo da RESMI e membros do Gabinete de Mobilidade e Cooperação para exposições e esclarecimentos e o estabelecimento de um conjunto de parcerias com entidades comunitárias para se poderem criar linhas de interacção, permitindo aos alunos o contacto com a realidade fora do IPG. Como quarta estratégia, possibilitou-se à entidade anfitriã, através da disseminação do resultado dos questionários, conhecer e interpretar os problemas existentes, que se revelaram resultantes do confronto entre realidades socioculturais diferentes que uma língua em comum não conseguiu apagar. Com o estabelecimento destas estratégias, pretendeu-se, por um

lado, uma melhor compreensão por parte dos alunos africanos da realidade social, económica e cultural em que actualmente se inserem (comunidade do IPG e comunidade exterior) e, por outro, a consciencialização, por parte da entidade anfitriã e da comunidade exterior, da diversidade de realidades com as quais as duas comunidades têm de interagir. Previsivelmente, o estabelecimento destas estratégias levará a uma maior harmonização intercultural resultante de uma integração saudável e propiciadora de bons resultados tanto para migrantes como para entidades acolhedoras.

Palavras-Chave: estratégias; migrantes PALOP; integração; mediação intercultural.

O TERRITÓRIO A REDESCOBRIR COMO ESPAÇO DE VIZINHANÇAS E DE DIÁLOGO INTERCULTURAL

Rosa Madeira¹ & Maria Cristina Gomes¹

¹Universidade de Aveiro

RESUMO

Na nossa comunicação pretendemos refletir sobre o percurso de produção de conhecimento que foi desencadeado pela leitura do diagnóstico social do Município, por nós reconhecido como primeira fonte de informação relevante no momento de identificação de tensões e conflitos atribuíveis a diferenças culturalmente significativas e que consideramos passíveis de ser prevenidos e atenuados pela mediação intercultural comunitária.

Depois de reconstituir o ponto de partida deste processo de leitura da realidade, de base documental, que nos permitiu identificar os atores chave para a compreensão das condições de encontro entre grupos socialmente identificados pela pertença a minorias étnicas e/ ou culturais, daremos conta de como temos tentado criar contextos de comunicação, menos assimétricos, com a intenção de facilitar o reenquadramento do diálogo e reconhecimento mútuo de recursos de conhecimento, teórico e prático, entre investigadores, formadores e agentes locais.

É no processo de reestruturação destes espaços de relacionamento entre atores sociais locais, que temos vindo a assistir a novas formas de problematização das condições de encontro, diálogo intercultural que, por sua vez, fazem emergir uma nova agenda de formação cujos conteúdos, parecem sugerir novos objetos de investigação e ampliar o espaço de participação dos próprios sujeitos visados pela mediação intercultural, no papel de agentes de mudança e reconstrução de comunidades que se pretendem mais inclusivas de todas as diferenças.

Palavras chave: território; atores chave; grupos minoritários; imigração, participação; mediação intercultural comunitária.

A BRIDGE. ABOUT INTERCULTURAL COMMUNICATION FOR A MULTICULTURAL SOCIETIE

Pierfranco Malizia¹

¹ LUMSA University of Rome (IT), Dept. of Economics and Political Sciences

ABSTRACT

This article try to cover some of the principal basic problems of communication/relation with the “Other” (in particular “the Stranger-Other”), kind of relationship that today can either totally favour or invalidate the actual possibility of a multicultural society structure. Communication, in particular the interpersonal one, cannot be anything but a fundamental element for a real relationship with the Other; without any pretension of exhaustiveness we will try (it is hoped) to carry out in a congruous way basic thematic of intercultural communication at an interpersonal level.

Therefore, we will deal with “technical” aspects (immediately tied with the transmittable aspect) as well as “relational” aspects (immediately tied to the social interaction based within the communication itself) trying, in this way to offer, if not an exhaustive picture, one at least reasonably indicative of some among the most meaningful difficulties of the intercultural communication itself. What we are trying here to underline, is that a communicative iter exists which characterizes the man social process for excellence: the communicative act. Communication is a process of information interchange among two or more physical subjects that takes place around an object and in a determined context. It is natural that there are a series of contents and values that cross-breed within this process.

In other terms, the intercultural communication is a process replaced by three moments, the “awareness”, the “knowledge”, the “ability”; where the first one is constituted by the explicit recognition of the alterity, the second one by the learning of what is constituted by alterity itself, the third one is born as natural development of a personal experience matured on the base of the first two models. “Dialogue” and “appreciation” therefore, the first one that can allow to overcome the “we/other” and the conditions for meeting; the second that concretizing the first one in behaviours, makes the meeting itself possible and in development of the relationship, exactly, intercultural, a “co-built cultural contract” that “unites” rather than separating, “respects” rather than tolerating,

“integrates” rather than assimilating, “maintains” the difference without hierarchy or annulling the difference.

And, the intercultural communication cannot be anything else but all this, something which is not easy but absolutely ineludible and certainly enriching.

Key words - Intercultural communication, multicultural society, social interaction.

A GESTÃO DA DIVERSIDADE EM ORGANIZAÇÕES MULTICULTURAIS, MEDIANTE A MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

Daniel Zaidam

RESUMO

A diversidade sociocultural nas organizações de trabalho é já uma realidade em diversos países. Os locais de trabalho estão conformados por relações sociais onde estão presentes varias bagagens culturais. São contextos conformados por um espaço vital no qual se desenvolvem os processos de vida social que vão determinar a implementação, desenvolvimento e consolidação das organizações e particularmente das empresas multiculturais.

Os quadros de profissionais não são culturalmente homogéneas e a capacidade de que os profissionais se relacionem de forma eficaz com outros de diferentes culturas se converteu num requisito. Atualmente as organizações de trabalho procuram atribuir recursos e conteúdos para a implementação das competências interculturais, nas empresas para fazer frente à diversidade. Portanto a promoção das relações interculturais entre pessoas que trabalham juntas é um desafio que, cada vez mais se vem acentuando, nos locais de trabalho.

Definitivamente há uma tendência de mudança na maneira de fazer. Necessitam-se novos perfis profissionais que conjuguem a produtividade com um novo estilo de relações. É preciso uma inovação radical na forma de entender o trabalho e sua organização e desenvolvimento em todos os níveis: pessoas, relações, formas de trabalhar, a direção dos recursos humanos, etc.. Se exigirá um profissional com uma dimensão social para cooperar com o Outro diferente na sua origem, nacionalidade, língua, religião, estatuto social, etc., dando resposta a si próprio e aos outros.

Há um consenso geral que a diversidade, nos locais de trabalho, não é só por uma questão moral e de fazer o correto, mas sim, é um bom negocio. Ter uma equipa de trabalho diverso significa que há pessoas de diferentes origens que terão diferentes ideias e perspectivas. A união de estas ideias melhorará a inovação e a criatividade.

No entanto, ter ideias diferentes não é suficiente, é importante que os profissionais trabalhem num ambiente seguro e aberto que lhes anima a expressar suas ideias.

Os profissionais no quadro de um contexto de uma empresa multicultural necessitam, para a execução das tarefas que lhes estão conferidas, de um conjunto de conhecimentos, competências

e capacidades para compreender e dominar uma situação profissional específica, como é a gestão correcta da diversidade cultural, y participar de uma situação de trabalho e situar-la no quadro de um processo de produção, adaptar a uma transferência interna, dentro da própria empresa, o uma transferência para outros contextos culturais diferentes e integrar um conjunto de saberes e atitudes técnicas e sociais que lhes atribue uma qualificação intercultural.

Tudo isto não se consegue por si mesmo nem tão pouco se consegue só com a boa vontade. A validação e consolidação da mediação intercultural, nos locais de trabalho, permitem evitar ou superar situações de oposição, malentendidos ou de conflitos abertos, trabalhar as atitudes, sua formação e transformação, ajudar a uma mentalidade aberta e isenta de etnocentrismo, criar uma maior confiança entre todos, desenhar e aplicar políticas de gestão e promoção da diversidade dos recursos humanos, reconhecer a diversidade como fator positivo, e sua promoção ativa como parte da estratégia organizacional.

Palavras-Chave: Mediação, diversidade, organizações de trabalho.

AGRESSORES CONJUGAIS, PLANOS DE MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO INTERCULTURAL

Sandra Ribeiro¹ & Ricardo Vieira²

¹ESECS-IPL

²CICS.NOVA.IPLEIRIA

RESUMO

É hoje inquestionável que a violência doméstica/conjugal se encontra, nos últimos anos, entre as tipologias criminais mais participadas em Portugal, situando-se nas ocorrências mais participadas às Forças de Segurança, colocando a violência doméstica como a tipologia criminal mais reportada entre todos os crimes contra as pessoas previstos no Código Penal Português. Urge, pois, compreender, prevenir e combater este fenómeno. Os números disponíveis, segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) e ainda a nossa experiência profissional, mostram que a violência doméstica/conjugal é um dos crimes com mais elevadas taxas de reincidência, sendo a probabilidade de um agressor repetir atos de violência, não só dentro da mesma relação, mas também em futuras relações íntimas, muito elevada.

Como é consabido, a violência conjugal resulta de diversos fatores a par da complicada teia de relações interpessoais característica duma sociedade multicultural. As relações são feitas de encontros e desencontros, e os conflitos ocorrem, ou não. A verdade é que conviver entre diferentes nem sempre é fácil, pelo que a tensão pode progredir para a utilização de violência, fundada, muitas vezes, em conceções do que é ser homem ou ser mulher, sendo que exemplo disso mesmo são as estatísticas que nos mostram a necessidade de uma intervenção mediadora e transformadora das relações e conceções, numa intervenção intercultural desenvolvida pelos próprios atores em presença ou por uma terceira pessoa, o designado mediador intercultural, o que vai muito para além da simples resolução de problemas e conflitos.

Em Portugal, a par das demais instâncias internacionais, muito se tem feito para o efetivo combate a esta chaga social, onde se vai assistindo à implementação de diversas políticas públicas, à intervenção de diversas entidades e inúmeros estudos já realizados a nível académico. Contudo, a violência doméstica continua a afetar todos os níveis da sociedade e a sua compreensão, prevenção e combate constituem desafios permanentes e muito atuais, onde a necessidade de intervenção mediadora e intercultural, capaz de gerir tensões/conflitos, tradutora de culturas e significados em

complementaridade e/ou em alternativa a modelos mais tradicionais de resolução como a punição e a repressão ou apenas a tolerância, é vital.

Afinal, porque agridem estes agressores e como significam o seu comportamento violento? Por que mesmo depois de longos processos judiciais onde são sujeitos às mais variadas penas, continuam a reincidir? A responsabilização penal, por si só, e segundo os números e estatísticas disponíveis, não ressocializa, logo, não produz transformações e não combate este fenómeno. Então, que programas de intervenção e mediação intercultural específicos para agressores conjugais existem em Portugal, capazes de criar pontes entre extremos e que possam diminuir e se possível eliminar as reincidências deste fenómeno e, conseqüentemente, a revitimação se podem construir?

Palavras-Chave: Violência doméstica; Mediação Intercultural; Prevenção; Resolução; Transformação

ASSISTENTES SOCIAIS IMIGRANTES E MEDIAÇÃO INTERCULTURAL: O CASO PARTICULAR DA FINLÂNDIA

Ricardo Vieira¹ & Edgar Carreira²

¹ESECS-IPL E CICS.NOVA.IPLEIRIA

²ISCTE-IUL

RESUMO

A proposta aqui apresentada decorre da realização de uma investigação de carácter etnobiográfico efetuada no Instituto das Migrações da Finlândia, entre janeiro e junho de 2016, e que está inserida no Mestrado em Serviço Social proporcionado pelo ISCTE-IUL. Recorrendo a um método assumidamente indutivo, declaradamente émico e incontestavelmente de descoberta, foram cuidadosamente analisadas e interpretadas as histórias de vida de quatro Assistentes Sociais no âmbito do Estado de Bem-Estar Social finlandês.

O principal foco da nossa proposta para este congresso de mediação intercultural situa-se na história de vida da Samira (nome fictício), Assistente Social de 23 anos, nascida no Irão, e que vive na Finlândia desde os dois anos, altura em que ali chegou com a sua família como refugiados. Possuindo as nacionalidades finlandesa e iraniana, afirma-se, acima de tudo, como curda. É na Finlândia que ela vivencia as suas experiências enquanto Assistente Social inserida numa equipa multicultural que lida com indivíduos imigrantes. A intervenção da Samira é claramente marcada pelo seu compósito self (Vieira, 2009), facto que lhe permite compreender de uma forma mais aprofundada os dilemas identitários enfrentados pelos sujeitos junto dos quais intervém, e usar a mediação intercultural como alimento do seu trabalho social.

Se a Samira assevera que o facto de muitos dos utentes falarem curdo facilita a interacção com estes, não podemos afirmar que “a língua faz o homem”, na medida em que este último é um ser biopsicossocial (Morin, 1987). E isto leva-nos a um ponto fulcral, que é o do Homem enquanto ser primordialmente relacional (Sérgio, 2016). O facto de esta Assistente Social nascida no Irão possuir três pertenças que se misturam, transfiguram, e mutuamente se transcendem, faz com que ela tenha uma maior elasticidade relacional, facto que lhe permite compreender de forma mais aprofundada e refinada as vivências dos seus utentes, que olham para a Samira com confiança, pois vêem nela uma pessoa em quem podem confiar e a quem têm a possibilidade de partilhar experiências. Ela é o terceiro incluído (Nicolescu, 2000) que escuta ativamente, empodera, medeia

interculturalmente, previne, transforma (Vieira & Vieira, 2016) e ajuda a resolver situações cotidianas dos sujeitos com quem trabalha.

Palavras-Chave: Identidades compósitas e interculturais; mediação intercultural; trabalho social relacional.

FAMÍLIAS IMIGRANTES, CRIANÇAS E JOVENS: DESAFIOS DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL NA (RE)CONSTRUÇÃO DOS DIÁLOGOS NA E COM A ESCOLA

Maria João Hortas¹

¹ Escola Superior de Educação de Lisboa

RESUMO

A escola pública é o espaço de excelência para o estabelecimento de contactos e laços entre crianças e jovens, fundamentais nos percursos de inclusão de grupos de origens étnicas e socioculturais diversas. Educação e escola são inevitavelmente conotados como um espaço de encontro e de diálogo entre pessoas (Soler, 2009). Para este espaço, as crianças e jovens transportam o capital cultural acumulado na família e, no que se reporta às relações que nele constroem, com os adultos e com os pares, este capital parece exercer uma importante influência no desenvolvimento social, intelectual e emocional. Turkey e Kao (2009) reportam-se aos efeitos multiplicadores deste capital cultural das famílias na socialização das crianças, na valorização da educação e no envolvimento/comunicação com outros pais, professores e agentes socioeducativos diversos.

Confrontar as perspetivas que crianças e jovens e respetivas famílias revelam ter sobre a escola é claramente uma tarefa complexa. Nem sempre o entendimento que cada parte afirma ter do efetivo lugar que a escola ocupa se encontra em consonância. Pela distância em termos de idades, pelas imagens que transportam dos percursos escolares que tiveram oportunidade de realizar, pelas origens socioculturais, pelos territórios que habitam e pelas redes de relações que as mobilizam, as famílias revelam ter diferentes expectativas face á escola e ao efetivo lugar que esta ocupa na aprendizagem e formação dos seus descendentes. Por outro lado, nem sempre estas expectativas se reveem nas relações que as famílias constroem com a escola e nas atitudes das suas crianças e jovens neste espaço. A este quadro de (des)encontros, acresce o confronto entre as relações que as famílias perspetivam construir e aquelas que a escola afirma promover, em matéria de participação/envolvimento, entendida como implicação, disponibilidade e motivação ou seja, querer participar, saber participar e aprender a participar para “tomar parte”, “ser parte” e “ter parte” num processo educativo.

Reconhecendo a importância da articulação neste triângulo – escola, família, crianças e jovens – na re(construção) dos diálogos na e com a escola, procuramos refletir, a partir de contextos reais, sobre os desafios que se colocam à mediação intercultural na sustentação do diálogo entre diferentes perspectivas, expectativas e ações envolvidas na intervenção socioeducativa em contextos de diversidade cultural.

A partir dos questionários preenchidos por um grupo de alunos, que frequenta escolas na área Metropolitana de Lisboa, é possível identificar as formas de cooperação/relação que estes consideram que as suas famílias desempenham no seu processo de aprendizagem e, com a escola que frequentam. Sobre os discursos das famílias importa explorar as percepções construídas sobre (i) as modalidades de participação que consideram ter na vida escolar dos seus educandos e (ii) as motivações que apresentam para orientar/envolver os seus educandos na construção dos seus percursos de relação e aprendizagem na e com a escola. Sobre as orientações da escola na construção dos diálogos com os diferentes atores (alunos e famílias), mobilizamos os documentos orientadores da política de escola e as narrativas dos seus responsáveis.

Palavras-Chave: famílias imigrantes, crianças e jovens imigrantes, escola, intervenção socioeducativa, mediação intercultural.

INTERCULTURAL MEDIATION WITH ROMA STUDENTS: A RISKY ADVENTURE?

Kitti Baracsi¹ & Emma Ferulano¹

¹University of Pécs (HU), Early-Stage Researcher, University of Deusto (ES)

ABSTRACT

The paper offers a critical insight into the question of intercultural mediation with Roma students and their families, based on the case of Scampia, Naples, Southern-Italy. Using this case as a departure point we would like to describe first of all the history of intercultural mediation with Roma communities in this particular context giving some insight into the whole Italian scene too. Secondly, we are interested in the way this concept has been constructed in policy discourses on different levels (from EU to local level) and filled with meaning in the everyday practice of different actors: local administration, school, social services and NGOs. We would like to show based on the concrete stories of Roma students, what are the risks and limits of ‘mediation’ logic, in the case of exclusion that works through the durable temporariness: in the case of asylum-seekers, in inadequate, informal housing contexts. Based on local experiences we are interested in how the mediation as an approach transforms in a way that contributes to the reproduction of exclusion, especially how the image of Roma student as a special target is constructed. Based on the ‘bad’, sometimes extreme examples we are seeking for the most important (practical) conditions in which intercultural mediation can work towards inclusion which we think can be useful for academics and professionals who work in the same topic.

The paper draws on the dialogue between two kind of experience and approach: an ethnographic research about the making of Roma students on the urban margins and the experiences of those involved directly into public projects with the scope of intercultural mediation. The analysis is fruit of a rich ethnographic data (observation, document analysis, collaborative research activities with children) and a collaborative analysis process since 2011.

Keywords: mediation, Roma students, public projects

LUTO E MIGRAÇÃO – UM OLHAR NA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

Cristina Felizardo¹

¹C&Feliz – Counselling & Formação- Aveiro

RESUMO

O luto é um processo de reação a uma perda pessoal profunda, que decorre no tempo, de forma mais ou menos prolongada. As causas do luto podem ser por morte, separação conjugal, emigração, encarceramento, amputações, aborto, deficiência de um filho e desvalorização social.

Atualmente, tem-se vindo a notar um aumento do fenómeno migratório na Europa. Tal acontece em países que estejam a atravessar uma crise económica e de desemprego, levando a sua população mais jovem a abandonar o país de origem em busca de sucesso profissional e valorização social, em países com maior estabilidade económico-social. Verificamos o mesmo em países que enfrentam crises políticas graves, que se manifestam em cenários de guerra, tornando a emigração um fenómeno extensivo a qualquer faixa etária, dado que da mesma depende a sobrevivência individual e da família. A título de exemplo, no primeiro caso, temos um aumento significativo de emigração de jovens portugueses licenciados nas áreas da Saúde, que encontram uma carreira profissional em países da União Europeia, como Inglaterra, Alemanha e França. No segundo caso, temos a imigração de refugiados políticos, vindos da Síria, para a Europa, em situação de emergência social.

Atendendo que o afastamento provisório de entes queridos, como o caso da emigração, é uma das causas de perda emocional profunda e por isso originária de processo de luto, percebemos a razão da emergência deste assunto nos debates científicos, em contexto europeu. De facto, no caso dos refugiados políticos provenientes da Síria, o processo de luto é mais complexo, pois à causa de afastamento de entes queridos, acrescem as causas de morte de familiares (em contexto traumático) e desvalorização social (por perdas financeiras e de posição social).

Embora o luto seja um fenómeno natural, durante o seu decurso, a pessoa, família ou comunidade que o vivencia sofrem alterações no seu comportamento, ao longo das vivências: choque, a descrença, reconhecimento e superação. No entanto, estas vivências não são inócuas no enlutado, provocando-lhe um sofrimento mental intenso e desorganização emocional. Num primeiro momento, o enlutado procura apoio junto da família e amigos. Estes são solidários e disponíveis. No entanto, o tempo impõe-se e a vida continua. Família e amigos, regressam às suas rotinas e o enlutado experiencia a solidão. Neste momento, surgem respostas formais, disponibilizadas por organizações que promovem o apoio ao luto.

O C FELIZ é um centro de apoio a pessoas, famílias e comunidades em processo de perda pessoal e emocional profunda (processo de luto), com o objetivo de superação de perdas profundas e encontro de um novo equilíbrio e bem-estar.

NA PELE DE UM VIAJANTE DO MUNDO: UMA METÁFORA PARA A MULTITERRITORIALIDADE

Sofia Ré

Resumo

A *passerelle* não é, à partida, um local de reflexão sobre as nossas raízes e destinos, mas pode ser um ponto de partida. Nessa perspetiva, traz-se à discussão a apresentação da coleção Primavera / Verão 2016, intitulada *Lusíadas II*, pelo estilista Nuno Gama, numa viagem por um passado que é demasiado presente.

Para os seus desfiles, Nuno Gama tem vindo a recrutar os seus próprios manequins sem obedecer rigorosamente à normalização imposta pelo mundo da moda, de homens jovens, magros e altos. O *casting* para este desfile abriu as portas a todos os perfis masculinos, sem recusar tatuagens, brincos, barbas mais ou menos exuberantes e cabelos mais ou menos grisalhos, corrompendo assim o estereótipo do manequim masculino. O pedido explícito de “20 homens 'portugueses'; 20 homens Asiáticos; 20 homens Africanos; 20 homens Indianos”, parece, contudo, reforçar os estereótipos étnicos, o que no desfile se viria a acentuar, sobretudo com a maquilhagem a acentuar o tom de pele de alguns manequins “indianos”. No entanto, esta distinção serviria apenas para distinguir geograficamente os quatro momentos da viagem corporizada pelo desfile, numa narrativa de descoberta e contacto com outros territórios e culturas. Os estereótipos a que os manequins dão vida são, assim, uma espécie de bússola que nos situa no percurso. O desfile, mais da ordem do espetáculo do que da mostra de roupa, integrou ainda outros elementos culturais orientadores desta viagem que Nuno Gama ensaia até ao Extremo Oriente. Partindo de Portugal, contornando o que Nuno Gama define por “incrível África, pelo imenso Índico até à silenciosa beleza Asiática das amendoeiras em flor”, encerra-se o desfile com uma linguagem universal, o hino nacional assobiado por manequins e público, eliminando assim as diferenças da língua entre os territórios e unificando todo o conjunto.

O grande fator de inovação neste desfile não é o recurso a estereótipos étnicos como recurso comunicacional, pois a empresa italiana *United Colors of Benneton* já explora esse conceito em campanhas de consciencialização social desde os anos 80. A grande inovação é o estilista conseguir colocar-nos na pele do outro: na pele de um outro passado, que somos nós, os portugueses descobridores, mas também na pele de um outro presente, aquele que se lança aos desafios de um

mar assustador em busca de melhores condições de vida.

Na mesma altura, outubro de 2015, adensava-se a crise dos refugiados no Mediterrâneo e não podemos, por isso, ignorar o óbvio apontamento para reflexão sobre esta realidade, tivesse sido intencional ou não. Ao colocar-nos no papel de passageiros de uma viagem passada, Nuno Gama atualiza o conceito de viagem e elimina as diferenças que os territórios impõem com uma linguagem universal – a música. Com a simplicidade com que o *Google Earth* nos leva a qualquer canto do mundo, Nuno Gama põe em marcha esta viagem, como se o mundo fosse todo nosso, de todos os viajantes presentes, passados, reais e virtuais, e estivesse todo à nossa disposição.

Palavras-Chave: estereótipos, viagem, multiterritorialidade.

NARRATIVAS DIGITAIS E DIÁLOGO COM AS MARCANTES DIFERENÇAS ETÁRIAS

Diana de Vallescar¹ & Isabel Roque¹

¹ Universidade Portucalense

RESUMO

A aprendizagem no ambiente das cidades multiculturais contemporâneas constitui um verdadeiro desafio. As narrativas digitais são um valioso recurso, ainda por explorar e experimentar nas diferentes populações, para aceder às identidades fragmentadas ou plurais e na própria comunicação/relacionamento intercultural.

O discurso intercultural aponta, entre outros aspetos, à interação das pessoas pertencentes a diversas culturas ou grupos, às dinâmicas que suscitam e à necessidade de gerir as diferenças. Uma das diferenças básicas é a pertença a um grupo geracional (ou época) das pessoas que viveram um conjunto de acontecimentos históricos, o que configura a sua forma própria de ser, estar, pensar, apreciar valores particulares, agir de determinadas formas, rotinas e compromissos assumidos. A diferença entre os tempos que vive a pessoa e ou grupo com respeito a outros, possui dimensões e significados profundos, cria códigos ou linguagens específicos de interação, e por isso mesmo, conexão entre as pessoas que partilharam as mesmas experiências, inclusive, símbolos comuns. Se acrescentarmos a diferença de carácter espacial ou geográfica e cultural, torna-se ainda um assunto de maior complexidade. As diferentes culturas possuem formas de perceber as idades, o que lhes é próprio, assim como de conceber a sua integração no tecido socio-económico-cultural, representações e formas de as avaliar e integrar.

Propomo-nos a) refletir sobre o papel das narrativas digitais e a sua emergência, enquadramento referencial; b) estabelecer a conexão entre as narrativas digitais e o conhecimento e a autoconsciência identitária; c) expor a experiência do atelier de narrativas digitais sobre a terceira idade (Lisboa, 3-4/02/2016), d) apresentar um conjunto de reflexões finais.

O ser humano é relacional e comunicativo e pertence a uma cultura e faixa etária que o vincula com a sua geração. Refletir sobre o diálogo e a mediação intergeracional e intercultural, particularmente em relação à população idosa, é crucial na perspetiva do envelhecimento populacional europeu e português, da inclusão destas populações em risco e, por último, do aumento progressivo da longevidade e da expectativa de vida.

A necessidade de aprender a mediar com as diferentes culturas, pressupõe a concepção de que, entre as diferentes faixas etárias, existem diferenças marcantes, de caráter temporal, com as quais devemos aprender a dialogar.

Ilustraremos como as pessoas da terceira idade não só narram a sua identidade e se posicionam, mas também lidam com os multimídia. As suas histórias traduzem essa correlação entre a concepção do self e as trajetórias de vida, no bairro.

Palavras-Chave: Diversidade, Identidade, Narrativas digitais, Terceira idade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alexander, B. (2011). *The New Digital Storytelling. Creating Narratives with New Media*. Santa Barbara, CA: ABC-CLIO, LLC.

Lundby, K. (Ed.). (2008). *Digital Storytelling, mediatized stories*. N.Y.: Peter Lang.

Lambert, J. (2013). *Digital storytelling. Capturing Lives, Creating Community*. London, Routledge.

McAdams, D.P. (2008). Personal narratives and the life story. In R.W. Rowins & L.A. Pervin (Eds.). *Handbook of Personality: Theory and research (3rd Ed.)*. (pp. 242-262). N. Y.: Guilford Press.

De Vallescar, P. D. (2015). *Narrativas digitais sobre a Diversidade*. Artech-InT: Lisboa.

O INVENTÁRIO DAS PREOCUPAÇÕES INTERCULTURAIS: UM CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DAS NECESSIDADES DE FORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E MEDIAÇÃO INTERCULTURAL EM CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

Maria do Rosário Moura Pinheiro¹ & Maria Amélia de Sousa Reis²

¹Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra ²Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO

As preocupações interculturais, presença constante dos discursos educacionais democratas, são atualmente reconhecidas como condições necessárias, embora não suficientes, para que os indivíduos sejam capazes de agir com *competência intercultural*, enquanto capacidade para *reconhecer que o encontro com as diferenças e o diferente* coadjuva o enriquecimento de um *património pessoal e societal* e capacidade de promover a *convivência intercultural*, esta entendida como a prática que permite a valorização e promoção de oportunidades de partilha da diversidade, da hospitalidade e do diálogo intercultural cultural.

Fundamentado numa trilogia composta pela perspectiva intercultural de Perotti (1989), pelos princípios-chave da convivência intercultural de Abdallah-Preteuille (2005) e pelas preocupações interculturais de Ouellet (2000), o *Inventário das Preocupações Interculturais (IPI)*, desenvolvido nas versões portuguesa e brasileira, é o resultado de um projeto de investigação [“(Com)Vivências de InterCulturalidade: Formação e Investigação em torno do Eu Intercultural” financiado pela FAPERJ, Brasil] que teve como objetivo construir um instrumento que permitisse avaliar as preocupações interculturais dos estudantes e profissionais de educação nas suas práticas discursivas e educativas e nas relações que estabelecem com *o outro, as diferenças e os diferentes*.

São objetivos deste trabalho apresentar o processo de validação e os resultados preliminares do IPI obtidos numa amostra, recolhida em Portugal, de 189 estudantes, assim como refletir sobre as suas aplicações e vantagens nos âmbitos da investigação e intervenção socioeducativa (*formação, educação e mediação intercultural*) em contexto universitário.

Na sua forma longa o IPI é composto por 90 itens, repartidos por 9 secções autónomas que operacionalizam 9 vetores de cidadania e interculturalismo: Aceitação da Diversidade; Coesão Social; Participação Crítica para a Vida e para a Deliberação Democrática; Preservação da vida no planeta e desenvolvimento sustentável; Igualdade e Equidade; Diálogo intercultural; Hospitalidade;

Consciência da importância da interculturalidade e da educação intercultural; Interculturalidade e Direitos Humanos. De entre os resultados obtidos apresentam-se os que se referem às satisfatórias características psicométricas do IPI (o Alfa de Cronbach é de .92 para a escala total total e varia entre .56 e .81 nas subescalas) obtidas numa amostra de 189 estudantes universitários portugueses. Os resultados evidenciam que as preocupações interculturais se encontram positivamente associadas entre si e com uma medida de motivação para o contacto social, em especial com as dimensões de motivação para conseguir estimulação positiva, obter apoio emocional e realizar comparação social a partir dos relacionamentos interpessoais. O IPI apresenta-se como uma ferramenta com potencial de utilização nos âmbitos da investigação e do levantamento de necessidades de formação e educação intercultural dos indivíduos que se envolvem ou podem vir a desenvolver intervenções de Educação para a Cidadania, Educação Intercultural e Mediação Intercultural em diversos âmbitos socioculturais e educacionais. A discussão dos resultados e conclusões decorre em torno da pertinência e adequação de uma nova proposta do IPI, na sua versão reduzida, enquanto proposta de investigação na área das atitudes e competências interculturais e como sugestão de avaliação de condições necessárias a profissionais que se envolvem em intervenções de Educação para a Cidadania, Educação Intercultural e Mediação Intercultural em diversos âmbitos socioculturais e educacionais.

Palavras-Chave: Preocupações interculturais, educação intercultural, mediação intercultural, intervenção socioeducativa

O OLHAR DO MEDIADOR SOCIOCULTURAL SOBRE O OBJETO PATRIMONIALIZADO

Fernando Magalhães¹

¹ESECS-IPL e CICS.NOVA.IPLeiria

RESUMO

Um espaço cultural é composto pelo objeto, na sua dimensão material ou imaterial, pelo mediador e pelo visitante. Este, partindo da observação e das aprendizagens que o mediador faz através de um objeto *mudo*, passa a compreender os seus vários significados. Enriquece com estas aprendizagens, refletindo sobre os outros representados no objeto, e sobre si mesmo. Como refere Marcelo Feldhaus (2014: 147), em relação à arte, *os encontros entre o sujeito e a obra de arte são geralmente mediados por outros olhares. E antes, durante e até depois! – o olhar de quem medeia o encontro do sujeito com a arte pode influenciar e até modificar a sua concepção*. Cabe então perguntar, estará o mediador preparado para entender a obra de arte e entender-se a si próprio e o seu lugar no mundo, num processo de reflexão intrapessoal, para depois transpor ou auxiliar o indivíduo a refletir a partir do objeto patrimonializado?

O mediador no museu, ou num espaço cultural de qualquer ordem, seja físico ou até mesmo virtual, necessita dominar várias dimensões do conhecimento para que possa exercer uma efetiva mediação entre o objeto e o público. Dependendo do espaço em que se encontra, aquele deve conhecê-lo em profundidade, a sua história mais ou menos recente, os percursos e simbolismos atribuídos a esse espaço pelos humanos que atravessam o tempo, seja mais recuado, na ordem de séculos, ou até mesmo milénios. Ele deve conhecer e dominar o simbolismo do espaço inerente àqueles que o planearam, bem como a dinâmica metafórica com que se revestem esses espaços à medida que atravessam os tempos. É fulcral para que o mediador se oriente, conhecer e dominar o espaço que ocupa e no qual desenvolve a sua atividade...Não menos importante, é o domínio do objeto, da coleção ou da exposição, matéria a partir da qual irá exercer a sua mediação sociocultural. Por outro lado, é fundamental o mediador conhecer o perfil do indivíduo que está frente a frente com o objeto. Entender a sua formação, os seus objetivos e anseios ao olhar o objeto, compreender todo o processo reflexivo que o objeto pode despertar no sujeito, é uma tarefa que cabe ao mediador intercultural inserido num determinado espaço cultural. Refletindo sobre si, sobre o objeto e sobre o indivíduo que com esse objeto estabelece uma relação, o mediador deverá assumir uma postura de sujeito provocador. Como refere Feldhaus (2014: 148), *receber o espectador em um*

espaço museal, expositivo requer do monitor uma postura de sujeito provocador e de sujeito mediador deste encontro com a arte. Conhecer as obras e os artistas, assim como o perfil dos espectadores, são fatores que contribuem – e muito! – para que o monitor desempenhe bem o seu papel. É preciso estar integrado à exposição que irá mediar, é fundamental o contato maior com a obra e com o artista (Feldhaus, 2014: 148).

Para além de tudo o que foi referido, o mediador deve pautar as suas ações por um quadro teórico e referencial que sirva como guia, não só da sua atividade profissional geral, como particular, enquanto profissional inserido num espaço cultural, com objetivos específicos. O mesmo se pode argumentar para um objeto ou coleção sobre os quais exerce a sua atividade. Assim, o mediador deve ter a *possibilidade de visitar museus e vários espaços culturais, fazer os seus próprios percursos e suas seleções pessoais, [tornando-se] pessoas mais autónomas, confiantes, atentas e dinâmicas na sua relação com o público (Machado, 2005: 98).*

Palavras-Chave: Mediação Sociocultural, Arte, Património

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Feldhaus, Marcelo (2014) “Arte, museus e mediação cultural: a experiência estética e a construção do conhecimento sensível”. *Revista da Fundarte*, (14), 28, pp. 136-152.

Machado, Adirana de (2005) “O seu olhar melhora o meu: o processo de monitoria em exposições itinerantes”. In Maria Isabel Leite e Luciana E. Ostetto (orgs.) *Museu, educação e cultura: encontros de crianças e professores com a arte*. Campinas: Papyrus, pp. 93-115.

PORQUE É QUE AKIM CORRE? MOBILIDADES FORÇADAS E MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

Margarida Passos Morgado¹

¹Instituto Politécnico de Castelo Branco

RESUMO

Espera-se hoje das sociedades democráticas ‘superdiversas’ que as pessoas desenvolvam uma sensibilidade intercultural e a capacidade para encetar e manter diálogos interculturais sobretudo em situações de diversidade complexa e de conflito entre diferentes. Espera-se igualmente das pessoas que, de uma perspetiva inclusiva e intercultural, promovam os direitos humanos daqueles que são vítimas de desigualdades sociais, condições estruturais e sistemáticas de discriminação e de marginalização. Em *Competences for Democratic Culture* (Council of Europe, 2016) definem-se um conjunto de competências (valores, atitudes, capacidades, conhecimentos e compreensão crítica) para o século XXI que sublinham a valorização da diversidade cultural, a abertura à alteridade cultural e a tolerância do ambíguo, a capacidade de escuta ativa do outro e a capacidade de resolução de conflitos, bem como o conhecimento plurilingue e crítico da língua e da comunicação, numa aproximação ao conceito de mediação intercultural que combina uma perspetiva sociopolítica de intervenção social com uma perspetiva de comunicação intercultural que se pode revelar produtiva para as práticas de mediação intercultural em contextos formais e informais de educação.

A mediação intercultural pode ser definida em termos essencialmente linguísticos, como forma de tradução, interpretação e adaptação de discursos para facilitar o diálogo entre as partes, que se envolve inevitavelmente com as afiliações culturais de quem comunica. Nas sociedades diversas, a aprendizagem de uma língua, por exemplo, compreende uma dimensão intercultural por forma a desenvolver no aprendente mecanismos de compreensão das múltiplas e complexas identidades culturais de falantes dessa língua e a evitar reduzi-los a uma única identidade (Byram et al, 2002). Byram (2002) define mediação intercultural como uma forma de negociação de identidades sociais, culturais e linguísticas; a capacidade para aceitar o outro na sua individualidade e diversidade linguístico-cultural, bem como uma forma de prestar atenção às formas de interação linguísticas e sociais respeitadoras das necessidades e constrangimentos de comunicação dos outros. Nesta aceção de mediação intercultural valorizam-se as atitudes de curiosidade perante o diferente, de

relativização dos próprios valores e a capacidade de descentramento; bem como o conhecimento detido sobre como funcionam as identidades e os grupos sociais; as capacidades de contrastar e comparar, interpretar e relacionar, descobrir e interagir; e também a consciência crítica cultural de compreensão dos seus próprios valores inconscientemente reproduzidos. Numa terceira aceção de mediação intercultural, inclusiva da gestão bem-sucedida do diálogo intercultural como descrita por Byram, encontramos uma dimensão de ação social, que se liga ao às práticas de civismo democrático ativo, de promover o acesso o conhecimento e ao poder de quem se encontra privado deles e de facilitar consensos entre partes em conflito.

Veiculando de forma artística e criativa as estruturas de sensibilidade descritas acima, o projeto *Identity and Diversity in Picture Book Collections (IDPBC)* congrega um conjunto de álbuns ilustrados para crianças dos 4 aos 12 anos, com a finalidade de facilitar a apreensão do mundo contemporâneo e das competências necessárias para nele sobreviver. Sugerem-se explorações de ‘Por que é que Akim corre’ e de outros textos visuais que abarcam as três perspetivas de mediação intercultural descritas.

Palavras-Chave: mediação intercultural, comunicação intercultural, diálogo intercultural, mobilidade, álbum ilustrado

PROGRAMA MUNICIPAL DE ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS NA CIDADE DE LISBOA (PMAR LX)

Miguel Silva Graça¹

¹ Assessor do Pelouro dos Direitos Sociais da Câmara Municipal de Lisboa

RESUMO

Os fluxos migratórios dos últimos anos, com maior incidência desde 2015, com milhares de migrantes e refugiados a tentar chegar à Europa, via Mediterrâneo, na sua maioria com origem na Síria, Iraque e Afeganistão, têm levantado preocupações crescentes, a nível internacional e europeu. A “Agenda Europeia para as Migrações”, apresentada pela Comissão Europeia, reflete assim esta preocupação, propondo um sistema de recolocação de refugiados nos diversos Estados-Membros, tendo neste âmbito o Governo Português anunciado o acolhimento de 4574 refugiados, e criado o Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia da Migrações.

No seguimento deste anúncio, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) assumiu o compromisso de acolher cerca de 10% do total nacional de refugiados do país, ou seja, cerca de 500 pessoas refugiadas resultando este contingente da triagem efetuada nos campos de refugiados europeus, nomeadamente de Itália e Grécia.

Sendo que o ponto de situação do Programa Europeu de Recolocação, segundo a OIM, é de 3,314 pessoas recolocadas em 20 países — 2,437 da Grécia e 877 de Itália — ocupando Portugal actualmente o 3º lugar no ranking europeu de processos de recolocações de refugiados — com 473 recolocados, 307 da Grécia e 166 de Itália — tendo sido recebidos só em Lisboa, mais refugiados que na Suíça, Suécia, Irlanda, Malta, Bulgária, Croácia ou República Checa.

Concretamente, em resposta a este compromisso o Município implementou o Programa Municipal de Acolhimento de Refugiados na Cidade de Lisboa (PMAR Lx) com o qual se pretende apoiar, em três fases distintas, o Acolhimento, o Acompanhamento e a Integração de refugiados na cidade de Lisboa.

Em cada uma destas fases existem nove áreas de intervenção, fundamentais com vista à prestação de dois anos de apoio no auxílio à construção de um projecto de vida, designadamente: 1) Acesso à habitação; 2) Acesso à saúde; 3) Acesso à educação; 4) Aprendizagem do português; 5) Acesso a alimentação e vestuário; 6) Acesso à formação; 7) Validação de competências; 8) Acesso ao mercado de trabalho; e 9) Participação e vida em comunidade.

Com vista a implementar o PMAR Lx, foi inaugurado pela CML, no passado dia 22 de Fevereiro de 2016, o Centro de Acolhimento Temporário para Refugiados (CATR), com capacidade máxima de alojamento temporário para de 24 pessoas. E tendo, sido acolhidos até hoje 46 requerentes de asilo, pertencendo 40 ao sexo masculino e 6 ao sexo feminino, e deste total sendo 27 nacionais da Eritreia, 14 da Síria, 3 do Iraque e 2 apátridas (Palestina).

Assim, no âmbito do I Congresso Internacional da RESMI — Contextos e Desafios da Mediação Intercultural, o objectivo desta comunicação pretende ser assim mais do que a descrição da metodologia de construção e implementação do PMAR Lx, um retrato de um projecto-piloto da CML em curso que procura assegurar uma resposta integrada capaz de minimizar os efeitos sentidos pelas pessoas em situação refugiada, acompanhando e promovendo a integração dos refugiados recolocados na sociedade portuguesa e particularmente no Município de Lisboa.

Palavras-Chave: Refugiados; Acolhimento; Câmara Municipal de Lisboa.

RACISMO DA POPULAÇÃO NÃO CIGANA: UM DESAFIO NA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

Sofia Alexandra Dias¹

¹ Município de Borba

RESUMO

Há cinco séculos que a comunidade cigana está fixada em Portugal, mas o longo período de convivência não foi suficiente para ultrapassar a desconfiança mútua entre os cidadãos desta etnia e a generalidade da sociedade portuguesa.

Não existem estatísticas oficiais sobre a dimensão da comunidade cigana no país, no entanto o valor mais recente é do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, que aponta para um número entre 40 mil e 60 mil indivíduos.

Os ciganos foram vítimas das mais violentas e cruéis perseguições, foram subjugados nos antigos territórios que formam a atual Roménia, perseguidos e assassinados pelo regime nazi, e compulsivamente exilados na Península Ibérica. A exclusão social, o racismo, a discriminação e o preconceito sempre acompanharam os ciganos por onde quer que passassem.

A discriminação da comunidade cigana passa, também, pela ausência de reconhecimento das capacidades das pessoas ciganas, do seu valor social e contributos para o desenvolvimento social. A motivação e mobilização para a participação social destes grupos, depende do reconhecimento que lhes é dado, e neste caso, nenhuma vantagem parece ser reconhecida e as tentativas surgem frustradas.

O conceito de mediação, remete para uma definição jurídica assente na resolução de conflitos entre duas partes, através da ação de uma terceira pessoa neutra na procura de um acordo, o mediador(a). Um outro objetivo da mediação prende-se com a prevenção de conflitos, o que implica a capacidade de antecipar, de prever, e conseqüentemente, deter um conhecimento reflexivo sobre a realidade, sobre os contextos sociais de actuação.

No entanto, mais importante do que estas duas dimensões (resolver e prevenir conflitos), há que salientar uma terceira dimensão, a autonomização dos actores, o que implica a criação de condições que possibilitem uma aprendizagem potenciadora de uma autoresolução e autoprevenção de conflitos, uma aprendizagem em ação que se transforma em capacidade de actuação quando ela própria é mediada por processos de reflexão.

Parte-se da consideração da mediação enquanto busca da (re)instauração dos laços sociais e da facilitação dos fatores de integração social, com intervenção em dois planos: interindividual, um plano de micromediação e societal, macromediação (Almeida, 2001; Six, 1995).

Quando falamos de integração de minorias étnicas, e em especial quando essa integração diz respeito a grupos em situação de desfavorecimento social, verificamos que o bloqueio a uma melhor e mais plena integração social reside na vulnerabilidade ligada às condições sociais, económicas e políticas de vida das pessoas.

Todavia, este processo de mediação só é possível quando ambas as partes envolvidas reconhecem a existência de um problema – presente ou futuro -, e desejam ajuda para o solucionar.

Estudos recentes apontam para que mais de 80% da população portuguesa tem comportamentos racistas e discriminatórios contra os ciganos. O desconhecimento da história, dos hábitos e a caracterização abusiva dos traços ciganos certamente contribuíram e contribuem, ainda, para que a sua cultura se mantenha desconhecida e, por isso, suscetível à discriminação e ao racismo.

Como é possível mediar perante o racismo e o preconceito?

Palavras-Chave: Mediação; Ciganos; Portugal; Racismo; Desafio

REDE REGIONAL DO CENTRO DE APOIO E PROTEÇÃO A VÍTIMAS DE TRÁFICO DE SERES HUMANOS (RRCAPVTSH)

Sónia Pereira Araújo¹

¹ APF Centro (Associação para o Planeamento da Família, Delegação Centro) Equipa Multidisciplinar de Assistência a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos)

RESUMO

Considerando que: Sendo o TSH um fenómeno à escala mundial, que viola os Direitos Humanos e afeta milhões de pessoas em todo o Mundo, proibido pela Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, e presente nos instrumentos internacionais em matéria dos direitos humanos, tais como a Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem; Destacando a Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de Abril de 2011 relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas,

a qual apela à necessidade de estabelecer mecanismos adequados que permitam proceder a uma rápida identificação, assistência e apoio às vítimas em articulação com organizações da sociedade civil; E, tendo em vista o trabalho integrado por forma a dar respostas de proximidade de apoio e/ou proteção às vítimas, importa a criação de Redes Regionais de Apoio, o que se constitui como uma resposta às medidas contempladas no III Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (2014-2017), cuja coordenação pertence à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), Surge a necessidade de criar a RRCAPVTSH, Rede de cooperação e de partilha de informação, com atuação na Região Centro do País, tendo como finalidade a prevenção, a proteção e a reintegração das vítimas de tráfico de seres humanos (TSH), nacionais ou estrangeiras, pelo que este trabalho pressupõe uma forte componente de mediação intercultural.

Esta Rede é composta atualmente por 35 Entidades Governamentais e Não-governamentais da Região Centro, ou pelas suas Delegações da Região Centro, com intervenção direta ou indireta sobre o fenómeno do TSH, que assinaram o Protocolo da sua constituição, a 13 de Dezembro de 2013.

A RRCAPVTSH tem uma Comissão de Acompanhamento, constituída por 5 entidades, a saber: APF Centro, AMI, IPSS Florinhas do Vouga, Saúde em Português, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Esta Comissão é presidida pela EME TSH Centro (Equipa Multidisciplinar Especializada de Assistência a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos), da APF Centro, que esteve na base da constituição desta Rede, em 2013.

Com vista à realização dos objetivos que se propõem implementar nos seus Planos Anuais de Atividades, as partes comprometem-se a participar nos encontros promovidos no âmbito da Rede Regional do Centro, bem como comunicar entre si sempre que necessário.

A cada ano de existência, a RRCAPVTSH propõe-se a levar a cabo um Plano Anual de Atividades, no qual estão previstos momentos de formação interna no âmbito do TSH destinados aos parceiros da Rede, bem como ações de sensibilização e informação destinadas a técnicos, OPC's, jovens e população geral, e ainda campanhas de sensibilização ligadas à comemoração dos dias europeu e internacional contra o TSH, bem como outras campanhas dirigidas à população geral.

Palavras-Chave: Rede Regional, Tráfico de Seres Humanos, Vítimas, Parcerias, Assistência